



Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado		Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	Exercícios findos em 31/12/25	Exercícios findos em 31/12/24			31/12/25	31/12/24	Exercícios findos em 31/12/25	Exercícios findos em 31/12/24
Receita bruta de vendas						Pessoal (a)					
Transporte de passageiros	34	-	-	20.000.963	18.125.685	Remuneração direta		23.548	20.317	1.858.655	1.791.840
Outras receitas	34	-	-	1.782.911	1.506.303	Benefícios		3.679	3.365	440.162	405.951
Provisão para perdas com contas a receber	8	-	-	4.909	(490)	F.G.T.S.	35	613	573	167.793	158.981
				21.788.783	19.631.498			27.840	24.255	2.466.610	2.356.772
Insumos adquiridos de terceiros						Impostos, taxas e contribuições					
Combustível de aviação		-	-	(5.710.291)	(5.583.503)	Federais (b)		4.525	(37.428)	288.381	351.179
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(37.872)	(38.214)	(5.358.773)	(5.078.841)	Estaduais		-	-	57.272	52.033
Seguros		(16.093)	(7.265)	(100.401)	(79.588)	Municipais		-	-	11.587	11.895
	35	(53.965)	(45.479)	(11.169.465)	(10.741.932)			4.525	(37.428)	357.240	415.107
Valor adicionado bruto				10.619.318	8.889.566	Capital de terceiros					
Retenções						Despesas financeiras	36	834.914	308.038	10.295.119	5.247.414
Depreciação e amortização		-	-	(3.013.375)	(2.563.982)	Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	36	(1.006.544)	(437.035)	(986.521)	(317.729)
Impairment		-	-	143.790	143.790	Variações cambiais, líquidas	36	27.137	395.377	(4.207.915)	7.890.179
Valor adicionado líquido				7.605.943	6.469.374	Aluguéis	35	-	-	460.635	268.060
Valor adicionado recebido em transferências								(144.493)	266.380	5.561.318	13.087.924
Resultado de equivalência patrimonial	15	(667.797)	(8.855.954)	-	-	Capital próprio					
Receitas financeiras	36	734.492	3.269	904.083	239.058	Lucro (prejuízo) do exercício		124.858	(9.151.371)	124.858	(9.151.371)
		66.695	(8.852.685)	904.083	239.058						
Valor adicionado a distribuir				8.510.026	6.708.432						
Distribuição do valor adicionado:											

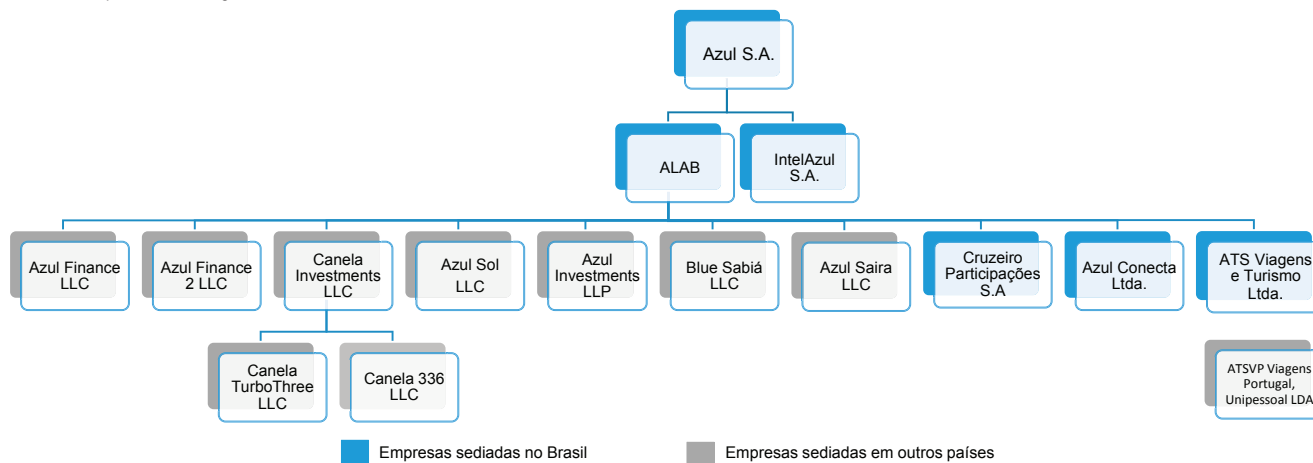
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas Explicativas 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul S.A. ("Azul"), em conjunto com suas controladas ("Companhia"), é uma sociedade por ações, regida pelo seu estatuto social, pela Lei 6.404/76 e pelo regulamento de listagem nível 2 de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Azul foi constituída em 3 de janeiro de 2008, tem como objeto social a exploração dos serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas ou malas postais, fretamento de passageiros, prestação de serviços de manutenção e hangaragem de aeronaves, motores, partes e peças, aquisição e arrendamentos de aeronaves, desenvolvimento de programas de fidelidade, desenvolvimento de atividades conexas e participação em outras sociedades desde o início de suas operações em 15 de dezembro de 2008. A Azul desenvolve suas atividades por meio de suas controladas, principalmente a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB") e a Azul Conecta Ltda. ("Conecta"), que detêm autorização das autoridades governamentais para operações aéreas, e a ATS Viagens e Turismo Ltda. ("Azul Viagens") para serviços de turismo. As ações da Azul são negociadas na B3 e estão suspensas na New York Stock Exchange ("NYSE") em função do processo voluntário de reorganização financeira sob o Chapter 11 do U.S. Bankruptcy Code. A Azul está sediada na avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 8º andar, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, Brasil. 1.1. **Estrutura organizacional:** A estrutura organizacional da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:



Empresas sediadas no Brasil (quadrado azul) e Empresas sediadas em outros países (quadrado cinza)

Apresentam-se abaixo as atividades principais em que as controladas da Azul estão engajadas, bem como as participações societárias.

Empresa	Tipo de investimento	Atividade principal	Estado	País	% Participação	
					31/12/2025	31/12/2024
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Direto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25%	25%
Azul IP Cayman Ltd. (Azul Cayman)	Indireto	Detentora de propriedade intelectual	George Town	Ilhas Cayman	100%	100%
IntelAzul S.A. (IntelAzul)	Direto	Outros serviços	São Paulo	Brasil	100%	100%
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25%	25%
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (ALAB)	Direto	Operações aéreas	São Paulo	Brasil	100%	100%
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25%	25%
Azul Conecta Ltda. (Conecta)	Indireto	Operações aéreas	São Paulo	Brasil	100%	100%
ATS Viagens e Turismo Ltda. (Azul Viagens)	Indireto	Serviço de turismo	São Paulo	Brasil	100%	100%
ATSVP Viagens Portugal, Unipessoal LDA (Azul Viagens Portugal)	Indireto	Serviço de turismo	Lisboa	Portugal	100%	100%
Azul IP Cayman Holdco Ltd. (Azul Cayman Holdco)	Indireto	Participação em outras sociedades	George Town	Ilhas Cayman	25%	25%
Cruzeiro Participações S.A. (Cruzeiro)	Indireto	Participação em outras sociedades	São Paulo	Brasil	100%	100%
Azul Investments LLP (Azul Investments)	Indireto	Captação de recursos	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul SOL LLC (Azul SOL)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Finance LLC (Azul Finance)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Finance 2 LLC (Azul Finance 2)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Blue Sabiá LLC (Blue Sabiá)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Canela Investments LLC (Canela)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Canela Turbo Three LLC (Canela Turbo)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Canela 336 LLC (Canela 336)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Saira LLC (Azul Saira)	Indireto	Financiamento de aeronaves	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Secured Finance LLP (Azul Secured)	Indireto	Captação de recursos	Delaware	Estados Unidos	100%	100%
Azul Secured Finance 2 LLP (Azul Secured 2)	Indireto	Captação de recursos	Delaware	Estados Unidos	100%	100%

1.2. Sazonalidade: As receitas operacionais da Companhia dependem substancialmente do volume geral de tráfego de passageiros e cargas, que está sujeito a mudanças sazonais. Nossas receitas de passageiros são geralmente mais altas durante o período de férias de verão e inverno. Considerando a distribuição dos custos fixos, essa sazonalidade tende a causar variações nos resultados operacionais entre os períodos do exercício social.

2 CONTINUIDADE OPERACIONAL

2.1. Declaração da Administração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual considera que a Companhia manterá suas operações no curso normal dos negócios e será capaz de cumprir suas obrigações à medida que se tornem exigíveis. A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional considerando horizonte mínimo de 12 meses a partir da data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, incluindo os eventos subsequentes ocorridos até essa data. Na realização dessa avaliação, foram considerados: • O plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração; • A implementação das medidas de reestruturação financeira ao longo de 2025; • A confirmação judicial do Plano de Reorganização em dezembro de 2025; • A conclusão do processo de reorganização em fevereiro de 2026; e • As projeções atualizadas de fluxo de caixa e posição de liquidez. Com base nessas análises, mesmo com o capital circulante líquido negativo, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais relevantes que possam gerar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar operando no futuro previsível, sendo apropriada a utilização do pressuposto de continuidade operacional. **Reestruturação Financeira e Processo sob Chapter 11:** Contexto e Início do Processo: Durante o primeiro trimestre de 2025, a Companhia implementou medidas voltadas à melhoria de sua liquidez e redução de alavancagem, incluindo renegociações com credores financeiros, arrendadores e fornecedores, bem como oferta pública de ações e reestruturação parcial de instrumentos de dívida. Em 28 de maio de 2025, a Companhia iniciou processo voluntário de reorganização financeira sob o Chapter 11 do U.S. Bankruptcy Code, com o objetivo de: • Reduzir substancialmente seu endividamento; • Readequar contratos de arrendamento; • Reforçar sua liquidez; e • Reestruturar sua estrutura de capital e governança. Durante o processo a Companhia firmou um acordo relacionado aos *General Unsecured Claims* ("GUC"), que corresponde aos créditos quirografários não garantidos, representados pelo *Official Committee of Unsecured Creditors* ("UCC"), e tiveram os seguintes termos definido no Plano: • credores com créditos superiores a US\$12,5 milhões poderão optar por receber parte de um total de US\$20 milhões em caixa ou participar do "Fundo GUC", que prevê bônus de subscrição de até 5,5% do capital social condicionados ao valor de mercado da Companhia, além de pagamentos adicionais atrelados ao desempenho financeiro futuro e cobertura de determinadas despesas administrativas; • credores com créditos

inferiores a US\$12,5 milhões receberão parte de um total de US\$3,0 milhões; e • negociações específicas foram estabelecidas com fornecedores estratégicos. O processo também contou com apoio de credores relevantes, arrendadores e investidores estratégicos. Foi obtido financiamento na modalidade *Debtor-in-Possession* ("DIP"), destinado ao refinanciamento de determinadas obrigações e ao reforço de liquidez durante o período de reorganização. Durante todo o processo, a Companhia manteve suas operações no curso normal dos negócios. **Confirmação do Plano:** Em 12 de dezembro de 2025, o Tribunal competente aprovou o Plano de Reorganização ("Plano"), representando marco relevante e vinculante no processo. O Plano contemplou, entre outros aspectos: • Conversão das dívidas 1L e 2L em participação acionária; • Implementação de oferta pública para capitalização de créditos; • Oferta pública por novos recursos; • Implementação de Plano de Incentivo à Administração; • Conversão das ações preferenciais em ordinárias; • Reestruturação da governança societária; e • Transição para estrutura acionária amplamente dispersa, sem acionista controlador. Em dezembro de 2025, a Companhia reconheceu contabilmente os efeitos decorrentes da extinção e modificação de obrigações financeiras, renegociações de contratos de arrendamento e outras alterações contratuais já concluídas. Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu formalmente sua saída do processo de *Chapter 11*, após a verificação das condições estabelecidas no Plano.

2.2. Memorando de entendimento não vinculante: Em setembro de 2025, a Companhia, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 15 de janeiro de 2025, informa o encerramento das discussões comerciais com a sociedade controladora da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Gol"), consubstanciadas no Memorando de Entendimentos Não Vinculante ("MoU"), o qual alinhava os termos e condições de uma potencial combinação de negócios entre Azul e Gol. Em 31 de dezembro de 2025, não há obrigações ou passivos contingentes, relacionados à essa operação.

2.3. Capital circulante líquido e estrutura de capital: Em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido da Companhia e sua posição de patrimônio líquido são demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/25	31/12/24	Varição
Capital circulante líquido	(23.169.625)	(15.684.277)	(7.485.348)
Patrimônio líquido	(29.038.062)	(30.435.270)	1.397.208

A variação do saldo do capital circulante líquido, deve-se, principalmente, à captação de financiamento na modalidade DIP com a finalidade de liquidar outras dívidas. A captação faz parte do plano de reestruturação da Companhia. A variação do saldo do patrimônio líquido deve-se, principalmente, ao resultado do período da Companhia, no montante de R\$124.858 e aos efeitos dos aumentos de capital em função da reestruturação no montante de R\$1.202.650.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

Table with columns: Descrição, Controladora, Exercícios findos em, Consolidado. Rows include Despesas financeiras, Custos justos do Bond TAP, etc.

Table with columns: Descrição, Exposição ao US\$, Taxa de fechamento, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras – EXP, etc.

37 GERENCIAMENTO DE RISCOS

37.1. Prática contábil: As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros: (i) de mercado, relacionados à taxa de juros, ao preço de combustível de aviação e câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez.

Table with columns: Descrição, Nota, Nível, Valor contábil, Valor justo. Rows include Aplicações financeiras – Bond TAP, Empréstimos e financiamentos, etc.

Table with columns: Descrição, Exposição ao CDI, Taxa a.a., Consolidado. Rows include Ativos (passivos) expostos, líquidos, Efeito no resultado.

Table with columns: Descrição, Exposição ao preço, Preço (a), Consolidado. Rows include Combustível de aviação, Efeito no resultado.

37.3.3. Risco de câmbio: Decorre da possibilidade de variação desfavorável às quais os fluxos de caixa da Companhia estão expostos.

Table with columns: Descrição, Exposição ao US\$, Exposição ao €, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Partes relacionadas, etc.

Table with columns: Descrição, Exposição ao US\$, Taxa de fechamento, Consolidado. Rows include Ativos (passivos) expostos, líquidos, Efeito no resultado.

Table with columns: Descrição, Exposição ao US\$, Taxa de fechamento, Consolidado. Rows include Ativos (passivos) expostos, líquidos, Efeito no resultado.

Table with columns: Descrição, Saldo contábil, Fluxo de caixa contratual, Até 1 ano, De 2 a 5 anos, Acima de 5 anos. Rows include Empréstimos e financiamentos, Arrendamentos, etc.

37.4. Risco de crédito: É inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, e está principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos em garantia e reservas para manutenção.

38 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

Table with columns: Descrição, Conversão de dívidas em ações, Transferências, Consolidado. Rows include Investimentos, Arrendamentos, etc.

Table with columns: Descrição, Aquisição de bens do ativo imobilizado, Aquisição de bens do ativo intangível, etc. Rows include Contas a receber, Estoques, Depósitos, etc.

Table with columns: Descrição, Aquisição de bens do ativo imobilizado, Aquisição de bens do ativo intangível, etc. Rows include Contas a receber, Subarrendamento de aeronaves, etc.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Azul



Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

39. COMPROMISSOS

39.1. Aquisição de aeronaves: Por meio de contratos com fabricantes e arrendadores, a Companhia assumiu o compromisso de adquirir certas aeronaves, conforme abaixo:

Descrição	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Arrendadores	9	17
Fabricantes	52	94
	61	111

Os valores demonstrados a seguir estão trazidos a valor presente utilizando a taxa de desconto ponderada das operações de arrendamentos, equivalente a 18,4% (15,8% em 31 de dezembro de 2024) e não caracterizam, necessariamente, saída de caixa, pois a Companhia avalia a aquisição de financiamentos para cumprir tais compromissos.

Descrição	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
2025	-	1.960.910
2026	1.297.521	2.517.365
2027	978.011	5.910.751
2028	836.170	5.284.514
2029	2.344.423	3.691.292
Após 2029	5.419.765	1.088.322
	10.875.890	20.453.154

39.2. Cartas de crédito: Segue posição das cartas de crédito em utilização pela Companhia, para os seguintes fins:

Descrição	31/12/25		31/12/24	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Depósitos em garantia, reservas para manutenção e outros	50.816	9.235	2.379.135	384.209
Fianças bancárias	-	-	7.005	-
	50.816	9.235	2.386.140	384.209

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2025, a Companhia avançou nas etapas previstas no Plano de Reestruturação conduzido no âmbito do Chapter 11, com os seguintes eventos relevantes: Em 6 de janeiro de 2026, foi homologada a oferta pública destinada à capitalização obrigatória das Senior Notes 1L e 2L, etapa central do Plano. Esta operação envolveu a conversão dos créditos detidos pelos investidores em capital da Companhia, resultando em aumento de capital de R\$7,4 bilhões. Em 12 de janeiro de 2026 a totalidade das ações preferenciais foi convertida em ações ordinárias, na razão de 75 ações ordinárias para cada ação preferencial, passando o capital social a ser representado exclusivamente por ações ordinárias. Em 14 de janeiro de 2026, foi homologado o aumento de capital de R\$1,2 bilhão decorrente do exercício dos bônus de subscrição distribuídos gratuitamente na oferta mencionada acima. Esse exercício ampliou a base de capital e ajustou a estrutura acionária para refletir as condições acordadas com os credores no Plano. Em 19 de janeiro de 2026, foi concluída a conversão obrigatória das debêntures conversíveis, conforme deliberado pelos debenturistas. Essa conversão resultou em aumento de capital de R\$1,0 bilhão. De 23 de janeiro a 6 de fevereiro de 2026, a Companhia lançou, precificou e concluiu a oferta privada de títulos de dívida seniores ("Exit Financing"), captando US\$1,4 bilhão. Os recursos foram integralmente utilizados para liquidar o financiamento DIP e prover liquidez para a execução final do Plano. Em 11 de fevereiro de 2026, o Tribunal do CADE aprovou o investimento da United Airlines, no montante de US\$ 100 milhões, viabilizando a participação da investidora na oferta pública de novos recursos ("Equity Rights Offering – ERO"). Em 18 de fevereiro de 2026, foi concluído o Procedimento de Alocação da ERO, resultando em aumento de capital de R\$5,0 bilhões, destinado tanto à entrada de novos recursos quanto à capitalização facultativa do financiamento DIP. A Companhia aprovou e concluiu o grupamento de ações na proporção de 75 ações para 1, sem alteração do capital social, de forma que todas as quantidades de ações informadas após essa data já refletem os efeitos do grupamento. A Companhia celebrou aditamentos a acordos de investimento com American Airlines e United Airlines, prevendo aportes adicionais de até US\$200 milhões, além de US\$100 milhões de determinados credores existentes. Foram ainda celebrados instrumentos de bônus de subscrição adicionais que, se exercidos, poderão gerar aportes complementares de até US\$25 milhões. Em 19 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a emissão de três séries de bônus de subscrição previstas no Plano, direcionadas à American Airlines, credores quirografários e à United Airlines e determinados credores. Se integralmente exercidos, poderão gerar diluição potencial de até 12,5% aos acionistas que não exercerem direito de preferência. Na mesma data, foram eleitos, sob condição suspensiva, os membros do Comitê Estratégico previsto no Plano, cuja atuação será voltada à supervisão da estratégia e implementação pós-reorganização. Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia concluiu sua saída formal do processo de Chapter 11, após a verificação das condições previstas no Plano. A Azul emergiu com redução de dívidas financeiras e obrigações de arrendamento, melhora substancial da liquidez e alavancagem e estrutura de capital reorganizada. Na mesma data, o capital social consolidado passou a R\$21,8 bilhões. Em 25 de março de 2026, a Companhia realizou assembleia para aprovar o grupamento de ações na proporção de 150.000 para 1, conforme solicitação da B3. A eficácia e efetiva implementação do grupamento passará a produzir efeitos a partir de 20 de abril de 2026, quando as ações passarão a ser negociadas sob o código AZUL3, de modo que, conforme informado na documentação divulgada para fins da convocação da assembleia, os acionistas detentores de ações ordinárias de emissão da Companhia em número que não seja múltiplo de 150.000 poderão, até o dia 17 de abril de 2026, a seu livre e exclusivo critério, ajustar suas respectivas posições via mercado, mediante a composição de sua posição em lotes múltiplos de 150.000 ações, mediante negociações na B3. Adicionalmente, em cumprimento ao plano de reorganização do Chapter 11, a Companhia solicitou à B3 a retirada de negociação dos Bônus de abril de 2025, que foram cancelados na consumação do plano.

A Diretoria

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Barueri, 26 de março de 2026.
John Peter Rodgers
 Diretor Presidente
Alexandre Wagner Malfitani
 Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores
Daniel Tckaz
 Diretor Vice-Presidente de Operações
Abhi Manoj Shah
 Diretor Vice-Presidente de Receitas

Contador

Rafael Mariotto de Oliveira
 CRC 1SP 263.418/O – Contador Responsável Técnico

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a conclusão expressa no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Barueri, 26 de março de 2026.
John Peter Rodgers
 Diretor Presidente
Alexandre Wagner Malfitani
 Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relação com Investidores
Daniel Tckaz
 Diretor Vice-Presidente de Operações
Abhi Manoj Shah
 Diretor Vice-Presidente de Receitas

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”)

Apresentação e informações gerais: O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”) é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio, de caráter consultivo, para: (i) Contratar e destituir o auditor independente; (ii) Supervisionar as atividades do auditor independente, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (iii) Supervisionar as áreas de controles internos e auditoria interna da Companhia; (iv) Monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia; (v) Monitorar a qualidade e integridade das informações financeiras intermediárias e anuais; (vi) Monitorar a qualidade e integridade das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras da Companhia; (vii) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; (viii) Avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; (ix) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações realizadas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, o auditor independente e o Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (x) Analisar e recomendar ao Conselho de Administração sobre propostas de garantias. **Resumo das atividades do CAE em 2025: Auditoria interna:** No exercício de 2025, a Auditoria Interna não se reportou ao CAE, devido a reestruturações organizacionais que se fizeram necessárias, concentrando seus esforços nos seguintes tópicos: (i) Reestruturação de seus processos internos e a atualização da metodologia de trabalho; (ii) Implementação de novas ferramentas de gestão; (iii) Revisão pontual e independente de determinados processos da Companhia; (iv) Apoio ao departamento de Compliance em investigações

de denúncias. Em 2026, a Auditoria Interna retomará seu rito regular e reporte formal a este Comitê. **Controles internos:** (i) Apreciação e aprovação do planejamento de projetos relacionados a obtenção da certificação 404 (Lei Sarbanes-Oxley); (ii) Supervisão das deficiências de controles internos identificadas em anos anteriores e durante o exercício findo em 31 de dezembro 2025; e (iii) Acompanhamento dos testes de controles internos para fins de certificação e atendimento dos requerimentos das Seções 302 e 404 da Lei Sarbanes-Oxley. **Auditoria independente:** (i) Análise e aprovação das informações prestadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** (i) Revisão e recomendação ao Conselho de Administração, quanto à aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Parecer do CAE:** O CAE, em cumprimento às disposições legais, declarou que revisou e discutiu o relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nesta revisão e considerando, ainda, as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. no decorrer do exercício, manifestou-se favoravelmente ao relatório da Administração e demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente emitido pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Barueri, 25 de março de 2026.
Gilberto de Almeida Peralta
 Membro e Coordenador do Comitê
James Jason Grant
 Membro do Comitê
Renata Faber Rocha Ribeiro
 Membro do Comitê

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da

Azul S.A.
 Barueri-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Azul S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Azul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria (PAA) Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Receita de transporte de passageiros (incluindo *breakage*) (Nota Explicativa nº 34). **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia reconhece as receitas de transporte de passageiros quando da efetiva prestação do serviço. Os trechos vendidos e não voados são registrados na rubrica “Transportes, serviços a executar e programa de fidelidade”, líquida da estimativa de expiração de bilhetes não utilizados (*breakage*). O processo é altamente dependente dos sistemas de tecnologia da informação e envolve premissas e julgamentos significativos e complexos da administração, como por exemplo, expectativas de expiração e padrão de bilhetes não utilizados, o que eleva o risco de distorção relevante no reconhecimento das receitas. Dada a relevância dos valores e grau de julgamento envolvidos na mensuração do *breakage*, entendemos que este assunto demandou atenção significativa em nossa auditoria e, dessa forma, novamente, foi considerado um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Através de nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outras atividades, nós: • Entendemos os controles internos automatizados de TI utilizados pela administração para o registro e controles das receitas de transporte de passageiros, bem como os parâmetros aplicados nos sistemas para estimativa de receita decorrente da expiração de bilhetes não utilizados (*breakage*); • Aplicamos procedimentos analíticos de auditoria, com o uso de ferramenta automatizada de auditoria (Audit Data Analytics – ADA) para identificar padrões, variações relevantes e possíveis inconsistências nas receitas de transportes de passageiros; • Em base amostral selecionada

de voos, realizamos procedimento de observação de embarque de passageiros, verificando o respectivo registro da receita nos sistemas da Companhia; • Executamos testes substantivos, também em base amostral, para verificar se as transações de receita estavam adequadamente suportadas por evidências e apropriadamente reconhecidas; • Desafiámos as premissas utilizadas pela administração para cálculo do *breakage*, com o suporte de nossos especialistas internos da área atuarial, avaliando a razoabilidade do modelo adotado, dados históricos utilizados e a consistência das premissas consideradas pela administração; • Avaliamos se as divulgações apresentadas nas notas explicativas estavam claras, completas e consistentes com as informações obtidas durante a auditoria e com as representações obtidas da administração. Com base nas evidências obtidas e nos procedimentos de auditoria realizados, consideramos que os procedimentos adotados pela administração para o reconhecimento de receita de transportes, serviços a executar e programa de fidelidade (incluindo *breakage*), bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Avaliação da continuidade operacional (Notas Explicativas nºs 2 e 40). **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o pressuposto da continuidade operacional, com base no entendimento da administração de que a Companhia continuará operando por um futuro previsível de, pelo menos, doze meses a partir da data-base das demonstrações financeiras. Tal avaliação considera que a administração não pretende liquidar a Companhia ou interromper as suas operações e que dispõe de planos e medidas capazes de sustentar sua continuidade. Embora a Companhia tenha apresentado lucro no montante de R\$ 124.858 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (individual e consolidado), nessa mesma data apresentava patrimônio líquido negativo no montante de R\$29.038.062 mil (individual e consolidado), bem como excesso do passivo circulante sobre ativo circulante consolidado nos montantes de R\$ 148.063 mil (individual) e R\$23.169.625 mil (consolidado). Conforme descrito nas notas explicativas, a administração implementou e mantém ações e planos voltados à recomposição da estrutura de capital, melhoria de liquidez e manutenção das operações. A avaliação da continuidade operacional envolve a utilização de premissas e projeções de fluxo de caixa que requerem julgamentos significativos e subjetivos por parte da administração, especialmente em relação à capacidade de geração de caixa, premissas macroeconômicas, cronograma de captação de recursos e execução dos planos previstos nas negociações com credores entre outras ações, parte do plano de reestruturação em andamento. Dessa forma, devido ao grau de julgamento envolvido, aliado à materialidade dos saldos e aos indicadores financeiros observados, este tema foi considerado, novamente, um dos principais assuntos de auditoria para nossa auditoria do exercício corrente. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:** Através de nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outras atividades, nós: • Avaliamos a capacidade da Companhia e suas controladas manterem suas operações no futuro previsível, com base nas informações e evidências disponibilizadas pela administração; • Revisão da metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de continuidade operacional para os próximos doze meses a partir da data-base das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas), bem como os respectivos fluxos de caixa, incluindo a avaliação dos eventos subsequentes relevantes até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; • Com suporte de nossos especialistas internos em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, considerando os resultados realizados e a consistência das projeções e desempenho observados em períodos anteriores; • Analisamos as reestruturações em curso, as iniciativas de redução de custos e a rentabilidade esperada no horizonte de doze meses, com vistas a suportar a continuidade das operações;

continua ...



Azul



Azul S.A. | CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29

... continuação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

• Revisamos o cronograma de negociação de dívidas e a viabilidade de fontes de financiamentos futuras quando disponíveis; e • Avaliamos se as divulgações nas notas explicativas eram adequadas, consistentes e completas com as informações e representações obtidas durante a auditoria. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas, consideramos razoáveis os julgamentos exercidos e premissas adotadas pela administração da Companhia na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base

nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de fevereiro de 2025.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora
CRC 1SP 223.766/O-0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal





Fertilizantes Heringer S.A.

Heringer CNPJ Nº 22.266.175/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

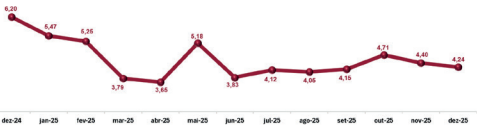
SENHORES ACIONISTAS. Em atendimento às disposições legais e regulamentares, a Fertilizantes Heringer S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025...

A variação cambial em 2025, foi positiva em R\$ 410,7 milhões, frente à de 2024 que foi negativa em R\$ 634,7 milhões. No período, a taxa de câmbio apresentou movimento relevante de apreciação do real frente ao dólar...

Table with columns: PERÍODO, TAXA DE CÂMBIO, Δ. Rows for 31/12/2024, 31/03/2025, 30/06/2025, 30/09/2025, 31/12/2025.

A trajetória foi marcada por forte apreciação no primeiro semestre (-7,3% no ITR5 e -5,0% no ITR25), manutenção do movimento no terceiro trimestre (-2,5%) e leve reversão no quarto trimestre (+3,5%).

MERCADO DE CAPITALIS. As ações da Heringer são negociadas no Novo Mercado, segmento de mais elevado padrão de governança corporativa da B3 - Brasil. Bolsa. Balcão. desde abril de 2007 sob o código FHER3.



No consolidado do período, a cotação das ações apresentou retração em relação ao encerramento do exercício anterior. O papel passou de R\$ 6,20 em dezembro de 2024 para R\$ 4,24 em dezembro de 2025.

Entre os principais fundamentos da Heringer destacam-se o relevante potencial de atuação em um mercado em expansão e altamente competitivo, o foco estratégico no atendimento ao varejo e o elevado reconhecimento de sua marca.

DIREITO DOS ACIONISTAS. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício...

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral...

PSDI (i) 217.417 87 - 2.782 2.616 1.993 647 - 225.542. PSDI (ii) 17.405 1.499 4.741 9.606 2.794 2.507 2.062 41.136.

Table showing tax benefits from 2018 to 2025, including PSDI, PSDI (ii), and other incentives.

Benefício fiscal de redução de ICMS: (i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe...

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais".

Benefício fiscal de redução de ICMS: (ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia...

distribuída aos sócios sob pena de perda dos benefícios. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

RECURSOS HUMANOS. A Heringer atua em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e todos os colaboradores próprios são abrangidos por acordos de negociação coletiva...

Relatório de Equidade - Lei nº 15.177/2025. Na Heringer, acreditamos que promover uma vida ativa e saudável também envolve construir uma cultura organizacional cada vez mais diversa e inclusiva...

Programa Empresa Cidadã: apoio à parentalidade com licença maternidade e paternidade estendidas. Desenvolvimento de Carreira: promovemos práticas estruturadas que garantem acesso igualitário às oportunidades de crescimento profissional...

A Heringer também realiza análises periódicas de sua estrutura organizacional e de remuneração com base em critérios objetivos, garantindo equidade, transparência e alinhamento às melhores práticas de mercado.

A seguir, os indicadores de diversidade: I - a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia:

Table showing diversity indicators for 2024 and 2025, categorized by employee level (Alta Liderança, Profissional, Operacionais).

II - a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia:

Table showing diversity indicators for 2024 and 2025, categorized by employee level (Alta Liderança, Profissional, Operacionais).

III - o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia:

Table showing salary indicators for 2024 and 2025, categorized by employee level (Alta Liderança, Profissional, Operacionais).

CONCLUSÃO. A Administração da Fertilizantes Heringer expressa seus agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança e pelo apoio demonstrados à Companhia ao longo do exercício de 2025.

Não obstante os desafios observados em determinados segmentos da economia, o agronegócio brasileiro mantém-se em patamares historicamente elevados de produção, com expectativa de safra superior a 35,3 milhões de toneladas no presente ano...

Os anos de 2025 foi marcado por mudança estrutural no mix de vendas, com aumento da participação dos produtos premium e redução relativa da linha convencional. Esse movimento evidencia a evolução estratégica do portfólio e reforça a expectativa de captura de ganhos de margens futuras.



RECEITA LÍQUIDA: atingiu R\$ 4.094,8 milhões, redução de 11,1% em relação aos R\$ 4.608,6 milhões em 2024. O desempenho reflete principalmente a retração no volume vendido no período, cerca de 24%, impactando diretamente a geração da receita.

Resultado Bruto: somou R\$ 6,2 milhões, queda frente aos R\$ 131,9 milhões em 2024 (-95,3%), a margem bruta caiu de 2,9% para 0,2%, impactada pela menor diluição de custos diante da retração de volume.

EBITDA: negativo em R\$ 176,1 milhões, inferior em relação aos R\$ 192,2 milhões negativos de 2024 (-8,4%), refletindo a piora operacional decorrente da redução de receita e compressão de margens.

Resultado Líquido: o prejuízo líquido foi reduzido para R\$ 172,2 milhões, comparado a R\$ 1.154,7 milhões em 2024 (-85,1%). A melhoria expressiva decorre principalmente do resultado financeiro mais favorável apresentado em 2025.

Table showing financial performance metrics for 2025 and 2024, including Volume, Receita Líquida, CPV, Resultado Bruto, Fretes e Comissões, V&A, Outras receitas operacionais, EBITDA, Resultado Financeiro Líquido, and Resultado Líquido.

Table showing the Balance Sheet (Balancete Patrimonial) for 31/12/2025 and 31/12/2024, categorized by Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, and Passivo Não Circulante.

Table showing the Statement of Additional Value (Demonstração do valor adicionado) for 2025 and 2024, including Recreitas, Insumos adquiridos de terceiros, Valor adicionado bruto, Valor adicionado líquido produzido, Valor adicionado recebido em transferência, and Valor adicionado total a distribuir.

Table showing the Statement of Cash Flows (Demonstração do fluxo de caixa) for 2025 and 2024, categorized by Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financiamentos.

Table showing the Statement of Results (Demonstração do resultado) for 2025 and 2024, including Receita operacional líquida, Custos dos produtos vendidos, Lucro bruto, Despesas e receitas operacionais, Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos, and Prejuízo antes dos impostos.

Table showing the Statement of Comprehensive Results (Demonstração do resultado abrangente) for 2025 and 2024, including Prejuízo do exercício, Resultados abrangentes, and the Statement of Changes in Equity (Demonstração das mutações do patrimônio líquido).

Table showing the Statement of Cash Flows (Demonstração do fluxo de caixa) for 2025 and 2024, including Fluxo de caixa das atividades operacionais, Investimentos, and Financiamentos.

www.heringer.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

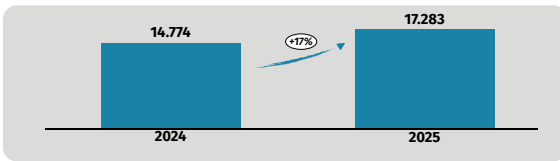


Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Logos for GRUPO GPS, TOP SERVICE Company, and TOP Service Serviços e Sistemas S.A. with CNPJ and website information.

Relatório da Administração



A TOP Service Serviços e Sistemas S.A. ("Companhia") em conjunto com suas controladas ("Grupo GPS") anunciam seus resultados do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2. Capacidade operacional, portfólio de serviços e Clientes Somos mais de 185 mil colaboradores diretos, servindo a 4.635 Clientes em todo o território nacional.

3. Receita líquida Receita líquida em 2025 de R\$ 17.283 milhões, 17% superior à receita de 2024.

4. Programa de Aquisições: No quarto trimestre concluímos a aquisição do Grupo Tagg, cujos resultados foram incorporados a partir de dezembro.

Table with columns: Empresa, Data, Receita 12 meses (R\$ mil), Situação, Detalhes, Programa M&A. Rows include RH MED, NUTRICAR, and GRUPO TAGG.

5. Considerações finais: Os resultados alcançados em 2025 reforçam nossa convicção de que o modelo de gestão da Companhia, pautado pela descentralização...

estratégia de crescimento. É por meio da nossa competência em reter e engajar pessoas com espírito empreendedor que ampliaremos a nossa capacidade de construir relações de longo prazo com os Clientes e sustentabilidade dos nossos resultados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Large financial statement table with columns: Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Ativo Circulante, Não circulante, Passivo Circulante, Não circulante, Total do ativo.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Mutation table with columns: Nota, Capital social, Reserva capital, Reserva legal, Retenção de lucros, Lucros acumulados, Outros resultados abrangentes, Ajustes de avaliação patrimonial, Patrimônio líquido dos controladores, Participação dos não controladores, Total.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto operacional: A TOP Service Serviços e Sistemas S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1995, domiciliada no Brasil.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Income statement table with columns: Nota, Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows include Receita líquida, Custos dos serviços, Despesas operacionais, etc.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



controladora indireta		controladora direta		Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
		31/12/2025	31/12/2024	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucro líquido do exercício				684.976	658.025	695.097	666.633	
Ajustes para:								
Resultado de equivalência patrimonial				16(a)	(538.690)	(489.822)	-	
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado				34(a)	(919)	(751)	5.826 (11.288)	
Reversão de provisão para perda esperada dos serviços faturados				34(a)	5.313	222	5.409 (1.829)	
Reversão de provisão para perda esperada dos serviços a faturar				34(a)	(1.526)	(1.511)	846 (5)	
Depreciação de imobilizado				17(c)	21.639	19.512	153.662 142.529	
Amortização de intangível (Software e Franquias)				19(c)	644	503	11.728 5.328	
Amortização do ativo de direito de uso				18(a)	2.170	1.132	60.535 70.017	
Amortização de mais valia - carteira de clientes, marcas e acordo de não concorrência				19(c)	66.049	73.590	176.184 152.331	
Amortização de mais valia - signing bonus				19(c)	-	-	182 -	
Amortização de mais valia - ativos fixos				17(c)	11.073	18.444	17.498 24.788	
Provisão de riscos fiscais				-	-	-	9.329 -	
Provisão para tributos sub judice				28(b)	9.609	427	2.972 2.864	
Reversão para tributos sub judice				28(b)	(12.873)	(10.582)	(136.110) (101.816)	
Reversão de atualização monetária sob tributos sub judice				28(b)	(5.470)	(981)	(60.748) (24.549)	
IRPJ e CSLL				25(c)	46.704	72.844	274.417 288.052	
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas				28(a)	26.825	28.286	332.121 205.711	
Reversão de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas				28(a)	(28.201)	(38.593)	(294.313) (197.409)	
Atualização monetária do Sistema "S"				28(a)	13.040	12.785	74.768 42.242	
Reversão da atualização monetária do Sistema "S"				-	-	-	(23.158) -	
Atualização monetária Perse				28(a)	-	-	40.415 10.173	
Processos indenizáveis de aquisição				34(a)	-	-	(12.708) -	
Atualização (baixas) de ativos indenizatórios e passivos contingentes				34(a)	8.565	(10.652)	4.562 -	
Atualização (baixas) de ativos indenizatórios e passivos contingentes trabalhistas				-	-	-	(13.246) 21.493	
Atualização de parcela contingente - dívida de aquisição				29(a)	1.293	(24.836)	8.237 5.438	
Baixa de parcela contingente - dívida de aquisição				-	-	(51.177)	- (52.418)	
Compensação de dívida de aquisição				-	-	-	(1.849) (5.120)	
Resultado de instrumentos financeiros derivativos				35	62.681	(62.396)	170.207 (166.536)	
Atualização monetária indêbita do Selic				12	-	(331)	(2.365) (1.823)	
Atualização monetária de depósitos judiciais				28(c)	(4.666)	(491)	(31.390) (16.171)	
Atualização monetária de empréstimos a receber - contratos de mútuo				14.3	(1.336)	(1.739)	(1.336) (1.739)	
Ajuste de saldo a receber de empréstimos - contratos de mútuo				14.3	865	-	864 -	
Variação cambial, juros e encargos sobre empréstimos				21(b)	1.810	177.779	(27.491) 262.465	
Juros e encargos sobre debêntures				22(c)	396.240	304.936	667.432 417.199	
Encargos financeiros sobre parcelamentos				27	4.251	1.105	17.728 5.365	
Encargos financeiros sobre arrendamento				23(c)	496	375	12.941 17.800	
Atualização monetária sobre tributos sub judice				28(b)	1.854	1.618	47.066 40.714	
Atualização monetária e variação cambial de aquisição de controladas				29(a)	5.543	12.033	478 23.566	
Apropriação de custo incorrido com emissão de empréstimos e debêntures				22(c)	17.350	6.949	21.678 8.613	
Variações em:				795.092	696.703	2.207.468	1.832.618	
Estoques								
Contas a receber				(82.431)	(48.898)	(323.074)	(234.921)	
IRPJ e CSLL a recuperar				(59.157)	(23.865)	(127.141)	(99.109)	
Tributos a recuperar				(5.814)	(26.349)	(145.303)	(96.690)	
Depósitos judiciais				(13.117)	(3.019)	(15.043)	16.873	
Ativo indenizatório				-	-	4.780	(2)	
Fornecedores				4.465	517	(88.561)	(8.186)	
Salários e encargos sociais				(21.099)	40.375	93	50.096	
Empréstimos com partes relacionadas				(168.132)	1.545.290	-	-	
Outras obrigações tributárias				7.519	(449)	79.022	197	
Variações em outros ativos e passivos				(20.681)	(7.782)	(53.585)	(36.567)	
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais				436.645	2.172.523	1.502.747	1.417.639	
Juros pagos sobre empréstimos				21(b)	(41.832)	(135.247)	(75.698) (146.884)	
Juros pagos sobre debêntures				22(c)	(316.977)	(313.355)	(578.047) (384.843)	
Juros pagos sobre parcelamentos				27	(1.261)	(1.398)	(5.004) (6.897)	
IRPJ e CSLL pagos				2.243	(4.058)	(86.372)	(76.249)	
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais				74.233	1.718.465	757.626	802.766	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Aumento de caixa por incorporação				10.307	5.593	-	-	
Aplicações financeiras				9	1.558.258	(291.576)	(1.558.258) (291.576)	
Dividendos recebidos				14.4	6.697	582.083	-	
Recebimento de empréstimos - contratos de mútuo				14.3	5.551	3.704	5.551 3.704	
Concessão de empréstimos - contratos de mútuo				14.3	-	(10.500)	- (10.500)	
Recebimento pela venda de imobilizado				17(b)	(17.254)	(19.050)	(25.258) 16.518	
Aquisição de imobilizado				19(b)	(1.207)	(1.312)	(6.582) (16.287)	
Aquisição de intangível				(7.849)	(220.680)	-	-	
Adiantamento para future aumento de capital				(78.285)	(1.320.941)	-	-	
Aumento de capital em investida				3	(56.965)	(181.905)	(105.007) (1.328.606)	
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição				1.419.253	(1.454.584)	1.222.237	(1.826.312)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
Pagamento de parcelamentos de tributos				27	(3.277)	(3.474)	(34.511) (21.284)	
Pagamento de arrendamentos				23(c)	(2.480)	(1.353)	(65.688) (81.753)	
Dividendos pagos (controladores e vendedores de adquiridas)				14.5	(156.281)	(214.936)	(165.199) (228.249)	
Instrumentos financeiros derivativos				32(c)(a)	(26.568)	3.974	(67.403) 50.528	
Captação de empréstimos				-	-	1.481.950	- 1.981.950	
Captação de debêntures				-	-	3.550.000	- 1.750.000	
Custos incorridos com a emissão de empréstimos				-	-	-	(5.194)	
Custos incorridos com a emissão de debêntures				(40.875)	-	(40.875)	(19.437)	
Amortização de debêntures				21(c)	(2.299.999)	(249.840)	(2.299.999) (249.840)	
Amortização de empréstimos				22(b)	(203.098)	(1.423.898)	(218.530) (1.581.887)	
Exercício de opção de compra e parcela adicional de aquisição				29(a)	(15.000)	(26.230)	(213.303) (92.751)	
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento				802.422	(433.807)	4.444.991	1.502.083	
(Diminuição) e aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa				2.295.907	(169.926)	2.424.354	478.537	
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro				700.702	870.628	1.468.218	989.681	
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro				2.996.609	700.702	3.892.572	1.468.218	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ativos adquiridos e passivos assumidos		Técnica de avaliação	
Marca e Carteira de clientes	Abordagem da renda que considera os fluxos de caixa futuros atribuídos aos ativos intangíveis descontados a valor presente.		
Mais valia de ativos fixos	Para determinação do valor em uso destes itens foi realizada avaliação dos ativos fixos existentes por meio da aplicação do método comparativo direto de dados de mercado.		
Passivos contingentes	O valor justo dos passivos contingentes foi determinado com base em relatórios de auditoria legal e due diligence emitidos por assessores legais e levou em consideração a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.		

Todas as aquisições parciais referem-se à aquisição de controle. Para as aquisições parciais das quotas de participação das empresas adquiridas, o Grupo adotou sempre que aplicável a metodologia de aquisição antecipada em que na mesma data de aquisição, outorga-se mutuamente entre as partes um instrumento de opção de compra e venda das quotas residuais do capital das empresas adquiridas constituindo-se como unidades contábeis distintas. Uma vez que já ocorre a aquisição de controle nesta etapa, suas aquisições são registradas integralmente em 100%, mesmo que a compra na data de aquisição seja parcial, independente da participação acionária realizada. O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e os valores das transações na data de aquisição estão apresentados a seguir:

Adquiridas de 2025	Nota	RHMD	NUTRICAR VALE PRESENTE		Grupo	Total de 2025 Con-	Total
		(1)	(2)	(3)			
Caixa e equivalentes de caixa	2.353	26	34.636	4.544		36.989	41.559
Contas a receber	24.942	612	-	7.863		24.942	33.417
Estoques	-	7.078	-	-		-	7.078
Tributos a recuperar	5.039	1.068	1.844	2.845		6.883	10.796
Imposto de renda e contribuição social diferidos (vi)	555	4.680	176	5.158		731	10.569
Depósitos judiciais	110	174	-	395		110	679
Imobilizado	812	8.111	2	351		814	9.276
Direito de uso	927	3.127	-	-		927	4.054
Intangível (iv)	17.587	20.700	19.252	40.712		36.839	98.251
Demais ativos (v)	1.345	5.262	6.421	6.665		7.766	19.693
Empréstimos	(3.142)	(1.086)	(7.999)	(3.000)		(11.141)	(15.227)
Arrendamentos a pagar	(1.058)	(3.127)	-	-		(1.058)	(4.185)
Fornecedores e outras contas a pagar	(10.017)	(14.143)	(17.355)	(5.929)		(27.372)	(47.444)
Salários e encargos sociais	(8.127)	(2.425)	(862)	(7.609)		(8.989)	(19.023)
Passivo fiscal	(823)	(4.460)	(7.883)	(3.584)		(8.706)	(16.750)
Provisão para contingências (ii)	(1.714)	(5.805)	(1)	(10.693)		(1.715)	(18.213)
Tributos sub judice (iii)	(6.898)	(9.171)	(1.004)	(14.309)		(7.902)	(31.382)
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis (ix) (A)	21.891	10.621	27.227	23.409		49.118	83.148
Participação não adquirida	-	(3.971)	7.708	-		7.708	7.337
Contraprestação transferida (B)	3.1	23.965	51.687	41.000	43.914	64.965	160.566
Pagamento em caixa no ano (C)	-	23.965	51.687	33.000	37.914	56.965	146.566
Contraprestação contingente (D) = (B - C)	-	-	-	8.000	6.000	8.000	14.000
Atualização de Contraprestação contingente (E)	-	-	-	138	138	138	276
Saldo a pagar de dívida de aquisição (F) = (D + E)	-	-	-	8.138	6.138	8.138	14.276
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações (G)	(2.353)	(26)	(34.636)	(4.544)		(36.989)	(41.559)
Efeito caixa no ano = (C + G)	21.612	51.661	(1.636)	33.370		19.976	105.007
Ágio (vii) (B - A)	2.074	37.095	21.481	20.505		23.555	81.155

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do www.datamercantil.com.br/publicidade_legal ou através do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

TOP Service Serviços e Sistemas S.A.

Table with columns: Adquiridas de 2024, Nota LYON (1), CONTROL (2), MARFOOD (3), GRUPO INVICTUS (4), GRSA (5), Total de 2024 Controladora (1 + 2 + 3), Total. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber, Estoques, Tributos a recuperar, etc.

beis materiais: O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 8.1. Base de consolidação: a. Combinação de negócios: Combinações parciais de negócios (em que a participação adquirida representa menos de 100%) são contabilizadas usando o método de aquisição antecipada. Seguindo essa metodologia, na mesma data da aquisição, as partes alcançam mutuamente um instrumento de opção de compra e venda do capital residual ou quotas das empresas adquiridas. Esse instrumento determina os prazos de exercício. Assim, o Grupo registra todas as suas aquisições integralmente independentemente de sua participação nas aquisições. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição e a parcela não adquirida mensurada ao valor justo até a data de elaboração do Laudo de Alocação de Preço (Purchase Price Allocation - PPA). Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas outras despesas operacionais. Quando o Grupo adquire um negócio, ele avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido, na conta de ajustes de avaliação patrimonial. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, apresentada no balanço patrimonial em "Aquisição de controladas" e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas na demonstração de resultados, em "Outras receitas (despesas) operacionais". O ágio é mensurado pelo método de aquisição antecipada. Por este método a transação é contabilizada considerando a opção de venda como já 100% exercida, uma vez que, o controle já é adquirido no momento inicial da transação. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (nota explicativa nº 8.7) que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente, se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades. Passivos de aquisições são atualizados trimestralmente e as premissas mais relevantes utilizadas no cálculo da contraprestação contingente são baseadas em: Valor justo na data de mensuração; Múltiplos de EBITDA; Acréscimos de preços com base em índices financeiros incluindo indicadores como capital de giro, dívida líquida e / ou retenções de contraprestações contingentes (passivos assumidos, mas não economicamente realizados); e Ajuste no valor justo de tais considerações e métricas de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado (quando aplicável). b. Controladas: O Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. c. Participação de acionistas não controladores: O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição, exceto quando de aquisições pelo método de aquisição antecipada, que não leva em consideração as participações dos não controladores. Mudanças na participação do Grupo em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. d. Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos do Grupo em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle deixa de existir. e. Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupu, ou quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupu, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidências de perda por redução ao valor recuperável. f. Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. 8.2. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O Grupo aplica a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequentes: Ativos financeiros - classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita independentemente por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja nota explicativa nº 34). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo. Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. continuação

(i) Pagamento efetuado em 2023 por meio de adiantamento, portanto, sem efeito na demonstração dos fluxos de caixa em 2024. (ii) Refere-se à alocação de passivos contingentes (não registrados no balanço patrimonial da empresa adquirida) e às próprias provisões, já reconhecidas no Balanço Patrimonial. (iii) Os tributos sub judice referem-se a obrigações presentes registradas nas empresas adquiridas constituídas para cobertura de riscos fiscais em determinadas práticas até o momento da aquisição que não eram provisionadas pela Administração anterior. (iv) Alocação determinada a carteira de clientes e marcas. O intangível da carteira de clientes deriva do relacionamento da empresa com seus clientes que representam uma fonte de renda estável e recorrente. O intangível de marcas deriva da facilidade com que os consumidores identificam um negócio pelos produtos e serviços. (v) Refere-se a ativo indenizatório, despesas antecipadas, adiantamentos e outras contas a receber. (vi) Refere-se a impostos diferidos sobre diferenças temporárias oriundos do valor justo dos ativos líquidos adquiridos. (vii) O ágio resultante da aquisição, que compreende o valor da diferença paga e/ou pagar pelo Grupo em relação aos ativos líquidos identificáveis. É atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho e às sinergias esperadas na integração das empresas adquiridas aos negócios existentes do Grupo. Veja nota explicativa nº 21 (a). Nesse sentido, o tratamento tributário ocorrerá a partir do momento da realização do investimento, com a incorporação da empresa adquirida, o que corresponde ao desencadeamento do benefício fiscal do ágio, nos termos da legislação em vigor. (viii) Para o fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos, levantados na data da aquisição estão pendentes de conclusão, desta forma, reportamos os valores provisórios até que se obtenha a conclusão da avaliação, conforme instrução do CPC 15 / IFRS 3. Os saldos agora estão sendo apresentados após a conclusão da avaliação. (ix) Para o fechamento do período findo em 31 de dezembro de 2025, os valores justos dos ativos identificáveis e passivos assumidos, levantados na data da aquisição foram alocados de forma provisória. Desta forma, reportamos os valores preliminares alocados com base nas informações disponíveis à época das alocações até que se obtenha a conclusão das avaliações e análises, conforme instrução do CPC 15 / IFRS 3. O mesmo aplica-se aos valores justos de ativos imobilizados e intangíveis (carteira de clientes, marcas, ativos fixos, ativos indenizatórios e passivos contingentes), que foram determinados de forma provisória. Se novas informações forem apuradas dentro do prazo de período de mensuração (um ano), conforme determinado do CPC 15 / IFRS 3, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, eventuais ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer necessidade de provida adicional, a contabilização da aquisição será revista. 3.1. Resumo de aquisições:

Table with columns: Adquiridas de 2025, RHMED (vi), NUTRICAL (vii), PRESENTE (viii), Grupo TAGG (ix), VALE. Rows include Data de assinatura do termo de fechamento do contrato de compra e venda, Data de assunção de controle e consolidação, Percentual de aquisição, Empresa adquirente, Contraprestação transferida, etc.

Table with columns: Adquiridas de 2024, LYON (v), CONTROL (vi), MARFOOD (vii), GRUPO INVICTUS (viii), GRSA (ix). Rows include Data de assinatura do termo de fechamento do contrato de compra e venda, Data de assunção de controle e consolidação, Percentual de aquisição, Empresa adquirente, Contraprestação transferida, etc.

(i) Adquirida: RHMED Consultores Associados S.A. (ii) Adquirida: Nutricar Brasil Comercio de Produtos Alimentícios S.A. (iii) Adquirida: Vale Presente S.A. (iv) Adquirida: Taggprom Marketing Promocional Ltda., Tagg Trade Marketing Ltda., FFJS Trabalhos Temporários Ltda. e By Trade Marketing Ltda. (v) Adquirida: Lyon Engenharia Comercial Ltda. Baseado no contrato de compra e venda de quotas da Lyon em que prevê uma opção de compra ("Call") detida pela Top Service Serviços e Sistemas S.A. e uma opção de venda ("Put") detida pelos detentores dos 40% remanescentes, com o intuito de finalizar a aquisição de 100% da empresa. (vi) Adquirida: Control Construções S.A. O valor adicional (Earn-out), mensurado a valor justo, a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2025, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024). Baseado no contrato de compra e venda de quotas da Control em que prevê uma opção de compra ("Call") detida pela Top Service Serviços e Sistemas S.A. e uma opção de venda ("Put") detida pelos detentores dos 40% remanescentes, com o intuito de finalizar a aquisição de 100% da empresa. (vii) Adquirida: Marfood Comercio e Serviços de Hotelaria Ltda. (viii) Adquirida: Invictus Serviços de Teceirização de Mão de Obra Ltda. (ix) Adquirida: GR Serviços e Alimentação Ltda., Foodbuy Alimentos Sociedade Unipessoal Ltda., GR Manutenção e Facilities Sociedade Unipessoal Ltda., Clean Mall Serviços Ltda. e GRSA Serviços Ltda. (x) O valor adicional é calculado a valor justo conforme modelo e premissas detalhadas na Nota Explicativa 34.b (i). Os valores representam uma estimativa que deverá ser atualizada durante o período e apurada no momento do efetivo pagamento com base nos resultados apurados no período. No caso da GRSA refere-se ao ajuste de preço a ser calculado com base na variação da dívida líquida e capital de giro entre o balanço de 30 de setembro de 2023 (balanço base de pre-

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Table with 2 columns: Category (Ativos financeiros ao VJR, Ativos financeiros a custo amortizado, Instrumentos de dívida a VJORA, Instrumentos patrimoniais a VJORA) and Description.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como um derivativo, uma contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, ou for designado como VJR no reconhecimento inicial.

TOP Service Serviços e Sistemas S.A.

Table with 13 columns: Software e licenças, Ágio, Marcas (a), Marcas, Cláusula de não concorrência com ex-quotistas, Mais valia de ativos fixos, Ativo indenizatório, Passivo contingente, Carteira de clientes, Signing bônus (b), Franquias (c). Rows include Vida útil, Período de amortização, Método de amortização utilizado, and Origem.

(a) Marcas com vida útil indefinida possuem nomes conhecidos e consolidados no Mercado em suas localidades, sendo na época de sua aquisição considerada como relevante. (b) Saldo advindo da aquisição do Grupo GRSA. Os Signing Bonus são pagamentos efetuados a clientes, normalmente no início de um contrato, para obter o direito de gerar receita por meio do fornecimento de serviços de alimentação no local do cliente.

arrendimento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendimento, durante o prazo do arrendimento. (f) Ativos de direito de uso: Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendimento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendimento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendimento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendimento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Footer area containing ICP Brasil logo, QR code, and text: 'A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026. Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal'

TOP Service Serviços e Sistemas S.A. Movimento de custo: Mais valia Ativo indenizatório e Passivo contingente Repasse Superveniência Total Em 31/12/2024 Em 1° de janeiro 2025 2024

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



TOP Service Serviços e Sistemas S.A.																		
Saldo em 31/12/2023	AFAC	Aumento de capital em investida	Redução de capital em investida	Aquisição de investimentos	Transações de capitais com investidas indiretas	Distribuição de dividendos	Reorganização Societária	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024	Máquinas, utensílios e ferramentas	Imóveis	Equipamentos de informática	Veículos	Arma-mentos	Benefe-rias em proprie-dades de trata-mento	Estações de trata-mento	Central de moni-toramento	Total
Controladas diretas																		
Trade e Talentos Soluções em Trade e Pessoas S.A. (anteriormente denominada Allis Laundre Soluções em Trade e Pessoas S.A.)	380.288	-	(1.847)	-	(40.635)	(16.655)	81.001	69.863	472.015	2.146	2.010	-	243	(8)	2.814	-	72	7.277
Seviços de Cogeração Carioca Ltda.	12.225	-	-	-	-	-	-	(500)	11.725	(70.126)	(85)	(22.840)	(34.075)	(1.525)	(9.651)	(1.205)	(14.155)	(153.662)
Allis Soluções Inteligentes S.A.	28.831	-	-	-	(788)	-	(2.508)	(698)	24.837	20.793	-	863	16.531	708	1.460	369	49	40.773
Rudder Segurança Ltda.	119.074	-	-	-	(155)	-	-	5.402	124.321	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eleva In-haus Manutenção Industrial Ltda.	138.999	-	-	-	(1.538)	-	-	18.871	156.332	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Evimeria Corretagem de Seguros e Consultoria Ltda.	11.766	-	-	-	-	(6.021)	-	34.710	40.455	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ormecc Engenharia Ltda.	67.464	-	-	-	-	(42.578)	-	19.149	44.035	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global Serviços Ltda.	19.776	-	-	-	-	-	(22.679)	2.903	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global Serviços Empresariais de Mão de Obra Temporária Ltda.	22.678	-	-	-	-	-	(23.905)	1.227	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global Empregos Ltda.	3.575	-	-	-	-	-	(3.873)	298	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global Administração e Serviços Aeroportuários Ltda.	1.296	-	-	-	-	-	(1.284)	(12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global Central de Estágios Ltda.	1.356	-	-	-	-	-	(1.552)	196	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global Treinamento e Desenvolvimento Profissional Ltda.	158	-	-	-	-	-	(152)	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compart Marketing e Tecnologia Ltda.	23.587	-	-	320	-	-	(25.047)	1.140	4.613	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maestro Tecnologia S.A.	4.709	-	-	-	-	-	-	(96)	4.613	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TLV Engenharia S.A.	(612)	5.000	-	-	-	-	-	16.148	20.536	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lyon Engenharia Comercial Ltda.	-	8.000	-	(7.075)	-	-	-	4.778	5.703	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Control Construções S.A.	-	137.680	-	(11.661)	-	-	-	9.599	158.940	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marfood Comércio e Serviços de Hotelaria Ltda.	-	-	-	19.131	-	(7.147)	-	26.040	38.024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.398.467	220.680	1.320.941	1.445	23.717	(93.728)	(533.565)	(81.785)	489.822	4.745.994								
19. Imobilizado: a) Composição do saldo de imobilizado:																		
b) Movimentações do custo do imobilizado:																		
c) Movimentações da depreciação acumulada:																		
d) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
e) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
f) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
g) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
h) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
i) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
j) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
k) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
l) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
m) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
n) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
o) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
p) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
q) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
r) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
s) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
t) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
u) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
v) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
w) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
x) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
y) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		
z) Movimentações das amortizações acumuladas - Consolidado:																		

continuação

TOP Service Serviços e Sistemas S.A.

		31/12/2025			31/12/2024			Saldo em 31/12/2024		
		Base de		Base de		Base de				
		diferido não		diferido não		diferido não				
		constituído		constituído		constituído				
		apurado		apurado		apurado				
		liquido		liquido		liquido				
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	14	(2.688)	(2.688)	-	(2.688)	(2.688)	-	-	-	-
Provisão para remuneração variável	26	20.764	20.764	-	35.350	35.350	-	-	-	-
Instrumentos derivativos – swap a realizar	-	(4.009)	(4.009)	-	(14.382)	(14.382)	-	-	-	-
Tributos sub judice	30(b)	21.971	21.971	-	26.184	26.184	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias	-	(109.718)	(40.391)	(69.327)	58.290	9.986	48.304	-	-	-
Base para cálculo	-	-	256.670	-	-	307.856	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo (34%)	-	-	87.268	-	-	104.671	-	-	-	-
Total de imposto diferido ativo	-	-	203.701	-	-	243.649	-	-	-	-
Total de imposto diferido passivo	-	-	(116.433)	-	-	(138.978)	-	-	-	-
Imposto diferido ativo líquido	-	-	87.268	-	-	104.671	-	-	-	-
Consolidado										
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2024		31/12/2024		
		Base de		Base de		Base de				
		diferido não		diferido não		diferido não				
		constituído		constituído		constituído				
		apurado		apurado		apurado				
		liquido		liquido		liquido				
		em		em		em				
		1º/01/2025		1º/01/2025		1º/01/2025				
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros		86.651		57.662		- 1.935		- 146.248		146.248
Efeitos de combinação de negócios		-		-		-		-		185.170
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura		(152.755)		(32.415)		-		-		(185.170)
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07		1.702		-		-		-		1.702
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida		36.298		(4.795)		-		-		31.503
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas, acordo de não concorrência e ativo fixo		141.214		39.640		-		-		180.854
Ajuste a valor justo – dívida de aquisição		19.317		-		(14.279)		-		5.038
Diferenças temporárias		-		-		-		-		873
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar		38.068		2.752		-		(214)		40.606
Provisão para perda de crédito de retenção contratual		873		-		-		-		873
Provisão para acordo ou execução trabalhista		91.013		6.913		-		-		98.486
Provisão para acordo ou execução tributária		395.793		30.685		-		-		426.798
Provisão para acordo ou execução cível		18.413		3.693		-		-		22.147
Ativo indenizatório Graber		(2.091)		2.091		-		-		-
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL		(5.549)		(346)		-		-		(5.895)
Provisão para remuneração variável		51.253		(5.266)		-		-		46.383
Instrumentos derivativos – swap a realizar		(8.975)		17.725		-		-		(112)
Tributos sub judice		173.465		(64.802)		-		-		119.324
Outras diferenças temporárias (i)		(11.363)		(35.307)		-		-		(46.375)
Imposto líquido ativo (passivo)		873.327		18.230		(23.141)		12.615		882.410
Consolidado										
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2024		31/12/2024		
		Recon-		Recon-		Recon-				
		hecido		hecido		hecido				
		no		no		no				
		patrí-		patrí-		patrí-				
		mônio		mônio		mônio				
		liquido		liquido		liquido				
		em		em		em				
		1º/01/2025		1º/01/2025		1º/01/2025				
Créditos a compensar com lucros tributáveis futuros		86.651		57.662		- 1.935		- 146.248		146.248
Efeitos de combinação de negócios		-		-		-		-		185.170
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura		(152.755)		(32.415)		-		-		(185.170)
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07		1.702		-		-		-		1.702
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida		36.298		(4.795)		-		-		31.503
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas, acordo de não concorrência e ativo fixo		141.214		39.640		-		-		180.854
Ajuste a valor justo – dívida de aquisição		19.317		-		(14.279)		-		5.038
Diferenças temporárias		-		-		-		-		873
Provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar		38.068		2.752		-		(214)		40.606
Provisão para perda de crédito de retenção contratual		873		-		-		-		873
Provisão para acordo ou execução trabalhista		91.013		6.913		-		-		98.486
Provisão para acordo ou execução tributária		395.793		30.685		-		-		426.798
Provisão para acordo ou execução cível		18.413		3.693		-		-		22.147
Ativo indenizatório Graber		(2.091)		2.091		-		-		-
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL		(5.549)		(346)		-		-		(5.895)
Provisão para remuneração variável		51.253		(5.266)		-		-		46.383
Instrumentos derivativos – swap a realizar		(8.975)		17.725		-		-		(112)
Tributos sub judice		173.465		(64.802)		-		-		119.324
Outras diferenças temporárias (i)		(11.363)		(35.307)		-		-		(46.375)
Imposto líquido ativo (passivo)		873.327		18.230		(23.141)		12.615		882.410

(i) Refere-se a provisão de notas fiscais não lançadas e diferença de depreciação de imobilizados.



continuação

TOP Service Serviços e Sistemas S.A.

para INCR, SEBRAE e Salário-Educação, determinando a suspensão do andamento de todos os processos. Frente às novas decisões e, tendo em vista o andamento do Tema 1.079 e Tema 1.390, a administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliaram o tema levando em consideração as particularidades de cada uma das diversas empresas que compõem o Grupo GPS e concluíram que a classificação da perda permanece como provável, reforçada pela robustez dos argumentos de cunho técnico trazidos pela Fazenda Nacional nos autos dos embargos de divergência e a reversão parcial da provisão para as entidades INCR, SEBRAE e Salário-Educação, justificando a manutenção da provisão. O risco relacionado às empresas GR Serviços de Alimentação Ltda. e Clean Mall Serviços Ltda., no montante de R\$160.417, é objeto de indenização parcial (vide Nota 28d, ii, (a)). (v) Trata-se de alocação realizada nas aquisições de empresas, reconhecidas na empresa adquirente e discriminadas em laudo PPA - Purchase Price Allocation, provenientes de processos jurídicos e riscos levantados em relatórios de due diligence de esferas cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas com expectativa possível de perda. (vi) Em abril de 2022 a controladora GR Serviços de Alimentação, aderiu ao programa emergencial de retomada do setor de eventos (PERSE), conforme descrito na lei 14.148/21, passando a aplicar alíquota zero para o Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). Em janeiro de 2023, após a publicação da portaria nº 11.266, o CNAE 5620-1/01 passou a não ser mais previsto, visando restrições ao direito a crédito. A empresa recorreu através de mandados de segurança alegando inconstitucionalidade, impossibilidade de revisão de benefício concedido por prazo determinado e, sob condição onerosa, que foram acolhidos e resultaram em 03 (três) decisões liminares ativas até então. Em 19 de julho de 2024, após novas restrições impostas pela lei 14.859 de 22 de maio de 2024, a empresa ingressou com novo mandado de segurança, obtendo em 01 de agosto de 2024, decisão favorável garantido o direito da GRSA de continuar a usufruir do PERSE, em que pese a nova alteração legislativa, até 17 de março de 2027. Para o benefício praticado a partir de 1º de janeiro de 2023, a diferença para o zeramento da alíquota, vem sendo objeto de provisionamento, sendo o montante de R\$249.388 referente à fatos geradores anteriores a 01 de junho de 2024 e R\$105.030 referente a aplicação do PERSE a partir de 1º de junho de 2024. O Grupo, de acordo com as práticas contábeis, efetua a provisão de suas contingências cuja classificação de risco de perda seja provável, conforme análise de seus consultores jurídicos. O principal processo é: Ação tributária movida pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Graber, por glosa de compensações previdenciárias (INSS) ocorridas em 2015 e 2016. Impugnação julgada improcedente em 2018, recurso voluntário apresentado e aguardando julgamento. O valor estimado de perda em 31 de dezembro de 2025 é de R\$42.700, não havendo alteração desde 31 de dezembro de 2024. Tal valor é estimado pelos assessores jurídicos com base nos resultados dos processos judiciais atuais e esperados. A movimentação da provisão para contingências pode ser assim resumida:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Em 1º de janeiro, Atualização de contingência em contrapartida a ativo indenizatório, Provisão Sistema "S", Atualização monetária do Sistema "S", Reversão de atualização monetária Sistema "S", Provisão Perse, Atualização monetária Perse, Provisão advinda da adquirida TRADEMARK, Provisão advinda da adquirida RHMED, Provisão advinda da adquirida Nutricar, Provisão advinda da adquirida Tagg, Provisão advinda da adquirida Lyon, Provisão advinda da adquirida Control, Provisão advinda da adquirida Marfood, Provisão advinda da adquirida Invictus, Provisão advinda da adquirida GRSA, Provisão de empresas incorporadas, Outros, Reversão de provisão, Complemento de provisão, Subtotal, Baixa de passivos contingentes (i), Alocação de passivos contingentes (i), Atualização de passivos contingentes (i), Em 31 de dezembro.

Table with columns: 31/12/2023, Adições, Baixas, Atualização, 31/12/2024, Adições, Baixas, Atualização, 31/12/2025. Rows include: Fortaleza, Graber, Onseg, Poliservice, RZF, Algar, Quattro, Jam, Servis, Gol, BC2, Sunset, Conbras, Luandre, ISS, Vivante, Loghis, Única, Rudder, Allis, Comau, Force, Ormec, Sulzer, Global Empregos, Motus, Evertical, Engie, Campseg, TLSV, Trademark, Control, Lyon, Marfood, Invictus, GRSA, RHMED, Nutricar, TAGG, Total.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço: As ações envolvendo risco de perda classificadas pela Companhia como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída em 31 de dezembro de 2025, R\$314.917, sendo R\$127.819 tributários, R\$111.378 cíveis e R\$75.720 trabalhistas (R\$278.556 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$38.413, tributários, R\$162.747 cíveis e R\$77.396 trabalhistas). As naturezas dessas ações são as mesmas descritas no item "(a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas". As ações envolvendo risco de perda classificadas pelo Grupo como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída em 31 de dezembro de 2025, R\$2.282.306, sendo R\$1.516.073 tributários, R\$306.199 cíveis e R\$460.034 trabalhistas (R\$1.742.201 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$1.117.302 tributários, R\$387.350 cíveis e R\$237.549 trabalhistas). As naturezas dessas ações são as mesmas descritas no item "(a) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas". Os principais processos de perda possível são: Cível: trata-se de pedido de instauração de arbitragem em favor da Top Service Serviços e Sistemas S.A. e GPS Participações e Empreendimentos S.A., onde os requerentes pleiteiam o pagamento de ajuste de valor adicional em cerca de R\$82.774. O procedimento encontra-se em fase de formação, sendo que o último andamento foi a notificação com o protocolo de requerimento de instauração de arbitragem. Tributário: Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, contra a empresa GR Serviços e Alimentação Ltda., cujo objeto é a glosa de créditos de PIS e COFINS, decorrente da aquisição de produtos não sujeitos ao pagamento da contribuição (tributados à alíquota zero), referente ao ano de 2014 e 2017. Atualmente os processos estão na esfera administrativa e aguarda o julgamento dos recursos voluntários apresentados ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). A Companhia possui outros processos tributários de risco possível que não possuem valores individualmente materiais que requeiram maiores divulgações. b) Tributos sub judice:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Tributos municipais, Tributos federais (i), Tributos estaduais, Riscos trabalhistas e previdenciários (ii), Total.

(i) Tributos federais sendo em sua totalidade advindos das empresas adquiridas. Tais saldos, representados por obrigações presentes, são constituídos para cobertura de riscos fiscais em determinadas práticas até o momento da aquisição e não provisionadas pela Administração anterior. Essas estão relacionadas, principalmente, a divergências nos débitos e créditos informados em obrigações acessórias perante a aplicação do regime cumulativo e não cumulativo para o PIS e a COFINS e também, inconsistências nos créditos informados em obrigações acessórias frente ao utilizado em compensações eletrônicas (PERD/COMP) para o IRPJ e a CSLL. (ii) Riscos trabalhistas e previdenciários: tal provisão foi efetuada para cobertura de riscos trabalhistas advindos das empresas adquiridas por não aderência a alguns aspectos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Tais riscos referem-se principalmente à compensação de INSS pagos indevidamente sobre verbas indenizatórias, com discussões ainda não pacificadas no judiciário e ausência de tributação de INSS sobre verbas variáveis. A movimentação dos tributos sub judice pode ser assim resumida:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Em 1º de janeiro, Atualização monetária, Provisão advinda de adquirida - RHMED, Provisão advinda de adquirida - Nutricar, Provisão advinda de adquirida - Tagg, Provisão advinda de adquirida - Vale presente, Provisão advinda de adquirida - Lyon, Provisão advinda de adquirida - Control, Provisão advinda de adquirida - Marfood, Provisão advinda de adquirida - Invictus, Provisão advinda de adquirida - GR, Provisão para riscos fiscais, Advindo de incorporação, Complemento de provisão.

Reversão de atualização monetária: Reversão de provisão (5.470), (981), (60.748), (24.549), (12.873), (10.582), (136.110), (101.816), 25.252, 25.447, 428.247, 534.356. Em 31 de dezembro: c) Depósitos judiciais: Representam ativos restritos do Grupo e estão relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Os depósitos judiciais mantidos pela Companhia e pelo Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim representados:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Depósitos judiciais trabalhistas, Depósitos judiciais cível, Depósitos judiciais tributário (i), Total.

(i) O principal depósito judicial, no montante de R\$269.232, está relacionado à contingência que discute o direito à apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre despesas com alimentação, combustível, assistência médica e planos de saúde fornecidas aos empregados pela controlada GR Serviços de Alimentação Ltda. (para mais detalhes vide nota 26 ii). Os valores foram depositados em juízo durante o período de 01 de agosto de 2004 a 30 de junho de 2024. A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim resumida:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Em 1º de janeiro, Atualização monetária, Adições, Baixas, Advindo de incorporação de empresas, Advindo de aquisição de empresas, Em 31 de dezembro.

(2) d) Ativo indenizatório: O Grupo possui retenção de pagamentos como parcela contingente e ativo indenizável conforme posição pactuada e descrita nos contratos de compra e venda.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Grupo Graber (i), Alocação de ativo indenizatório (ii), Ativos indenizáveis de combinação de negócios, Total.

(i) A movimentação da alocação do ativo indenizatório pode ser assim resumida:

Table with columns: 31/12/2023, Adições, Baixas, Atualização, 31/12/2024, Adições, Baixas, Atualização, 31/12/2025. Rows include: Fortaleza, Graber, Poliservice, RZF, Magnus, Proteg, Jam, Servis, Gol, Sunset, Luandre, Loghis, Rudder, Comau, Ormec, Motus, Global Empregos, Evertical, Compart, Campseg, Trademark, Lyon, Marfood, GRSA, Nutricar, TAGG, Total.

31. Aquisição de controladas: O Grupo por meio das combinações de negócios registra as opções de compras das participações remanescentes das quotas de capitais das investidas, além das parcelas contingentes contratuais. Cabe destacar que as bases de mensuração são estimativas considerando bases contratuais, balanços históricos e respectiva modelagem prospectiva (por tratarem-se de pagamentos futuros baseados em resultados futuros). Dado o grau de incerteza, eventuais acertos de contas, podem surgir mudanças entre a provisão constituída e sua realização. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a composição desses passivos financeiros estava assim registrada:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Graber, Luandre, Ormec (i), Evertical (ii), Motus, Compart, Trademark (iii), Lyon, Vale Presente, Tagg, Total, Não circulante.

(i) Refere-se ao "valor adicional estimado" da contraprestação transferida na aquisição, calculado com base no EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, limitado a 12% da receita líquida desse período. Desse valor, considerando projeções, houve ajuste da variação de Dívida Bruta, Caixa e Equivalentes e do Capital de Giro, verificado entre o Balanço de Fechamento (31 de janeiro de 2022) e o balanço do valor adicional e não há data definida para pagamento. (ii) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$48.321 equivale a contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada, referente a opção de compra das quotas remanescentes representativas de 45% de participação no capital social do Grupo Evertical, de titularidade dos sócios não controladores. Em 14 de maio de 2025 o Grupo exerceu a opção de compra das quotas remanescentes, pelo montante de R\$ 56.060, passando a deter 100% de participação no capital social das empresas do Grupo Evertical. (iii) Refere-se ao valor adicional (Earn-out) a ser pago até 150 dias após o encerramento do exercício de 2024, de acordo com cláusulas contratuais estabelecendo os critérios a serem cumpridos pelas partes (com base em múltiplos de EBITDA apurado no período de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024). O Grupo possui opção de compra dos 30% remanescentes da Trademark Participações S.A., que poderá ser exercida de forma integral e apenas uma vez, durante o prazo de 90 dias contados a partir da entrega do balanço anual de 31 de dezembro de 2025. O preço do exercício, seja opção de compra ou opção de venda, será definido por fórmula indicada em contrato, que considera o múltiplo aplicável (de acordo com o tipo de opção exercida) x EBITDA. Em junho de 2025 foi efetuado o pagamento do valor adicional (Earn-out) no montante de R\$75.189, calculado com base no EBITDA apurado de 1º janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, R\$82.271 registrado equivale a contraprestação em aberto, referente a adoção do método de aquisição antecipada. a) Movimentação do passivo de aquisição de controladas: Controladora:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2024, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Graber, Ormec, Compart, Control, Lyon, RHMED (i), Vale Presente (i), Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2025, 31/12/2024, 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include: Graber, Comau, Ormec, Maestro, Control, Lyon, Marfood, Total.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



TOP Service Serviços e Sistemas S.A. Continuation table with columns for financial statements (Balance Sheet, Income Statement, Cash Flow) and detailed notes (i) through (v) regarding acquisitions, debt, and financial instruments. Includes sub-tables for 'Ativos controladora' and 'Ativos consolidados'.

TOP Service Serviços e Sistemas S.A. mercado, ele será incluído no Nível 2. - Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não forem baseadas em dados adotados pelo mercado, como investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo é incluído no Nível 3. Mensuração do valor justo: i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis: As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa nº 8.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026. Acesso a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

TOP Service Serviços e Sistemas S.A. Continuation table with columns: Indexador, Queda de 100 bps, Queda de 50 bps, Cenário provável, Aumento de 50 bps, Aumento de 100 bps. Includes financial statements for 31/12/2025 and 31/12/2024, and an auditor's opinion report.

continuação

TOP Service Serviços e Sistemas S.A.

auditoria incluíram, dentre outros: (i) leitura de documentos relacionados a transação, tais como contratos e atas; (ii) obtenção de evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas; e (iii) avaliação da competência, habilidade e objetividade dos assessores externos contratados pela diretoria para auxiliá-los nas determinações de valor justo referentes a tais combinações. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (ii) avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; (iii) avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo; (iv) efetuamos o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado nas combinações de negócios; e (v) avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia. Como resultado destes procedimentos, identificamos certos ajustes de auditoria indicando a necessidade de revisão dos valores alocados entre ativos intangíveis e ágio, sendo tais ajustes registrados pela diretoria tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Teste de redução ao valor recuperável ("impairment") dos saldos de ativos intangíveis de vida útil indefinida:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado saldos significativos de ativos intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que ativos intangíveis de vida útil indefinida sejam objetos de testes de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") pela diretoria, no mínimo, anualmente, a menos que haja evidências que possam indicar a necessidade de antecipação do teste. A diretoria realizou teste de "impairment" utilizando o método do fluxo de caixa descontado, aplicado em cada uma das unidades geradoras de caixa (UGC) para determinar o seu valor em uso, sendo que não foi identificada a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil indefinida. Esse tema foi considerado significativo em nossa auditoria principalmente em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; (ii) das projeções de fluxo de caixa utilizadas para fins desses testes, que são realizadas individualmente, por UGC, e levam em conta estimativas e premissas sensíveis ao atual ambiente econômico; e (iii) da utilização de premissas operacionais nas projeções de fluxo de caixa futuro e taxas de desconto que requerem certo grau de julgamento da diretoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do controle anual relacionado ao teste de "impairment"; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Companhia, incluindo a razoabilidade na determinação da UGC; (iii) a comparação do valor recuperável apurado pela diretoria, com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil da UGC; (iv) a avaliação da competência, habilidade e objetividade dos assessores externos contratados pela diretoria para auxiliá-los nas determinações de valor justo referentes a tais combinações; (v) a utilização de especialistas internos da diretoria e de especialista do time de auditoria para avaliação dos fluxos de caixa futuros, incluindo a taxa de desconto; (vi) comparação do valor em uso com o valor contábil líquido para todas as unidades geradoras de caixa; e (vii) a avaliação da adequação da divulgação referente ao teste de "impairment" de ativos. Com base nas evidências obtidas e no resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente sumarizados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, entendemos que as políticas

premissas relacionadas à redução de intangível de vida útil indefinida ao seu valor recuperável, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Existência de estoques:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado saldos significativos de estoques. Além dos valores registrados, a natureza dos estoques, que podem incluir produtos perecíveis e mercadorias armazenadas em múltiplas localizações, aumenta o risco de erros e, portanto, o procedimento de inventário físico para contagem dos itens registrados no estoque foi considerado um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento do processo e controles referentes a estoques e contagem física; (ii) o acompanhamento da contagem física dos estoques em localidades selecionadas; (iii) a obtenção dos relatórios finais de contagem e comparação com os saldos contábeis; (iv) procedimentos de corte de inventário na data-base de 31 de dezembro de 2025; e (v) quando o estoque foi realizado em data outra que não a data-base, procedimentos de rolagem dos saldos a fim de confirmar que os valores apresentados estavam adequados. As deficiências no desenho e operação dos controles internos relativos à contagem física de estoques (incluindo aqueles em poder de terceiros) e que resultaram na identificação de ajuste de auditoria corrigidos pela diretoria, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e adequadas de auditoria referentes à existência de estoques. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os valores registrados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 19 de março de 2026



ERNST & YOUNG
Audítores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/0

Felipe Kasai Marcos
Contador
CRC SP-300620/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

www.datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Pet Center Comércio e Participações S.A.				
Controladora e Consolidado				
	2025	2024	2025	2024
(*) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas. O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões, é de 30 dias em 31/12/2025 (33 dias em 31/12/2024). A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos a receber, conforme demonstrado a seguir:				
Vencidos (*)	3.231	2.319	6.814	2.319
A vencer:				
De 1 a 30 dias	241.768	222.986	256.498	259.907
De 31 a 60 dias	65.264	72.686	66.111	72.686
De 61 a 90 dias	35.121	27.448	37.457	27.448
Acima de 90 dias	12.412	24.304	15.424	24.304
Total	357.796	349.743	382.304	386.664
(*) Líquido de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$786 em 31/12/2025 (R\$731 em 31/12/2024).				
6. ESTOQUES: 6.1. Política contábil: Registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas na data das transações quando aplicável, incluindo a análise de produtos vencidos, provisão de obsolescência para itens sem giro há mais de 180 dias e provisão de avarias identificadas, mas ainda não baixadas. 6.2. Composição:				
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias para revenda	444.769	451.568	450.660	462.914
Adiantamento de importação	3.742	10.619	3.742	10.619
Outros	24	13	24	13
Provisão para perdas	448.535	462.200	454.426	473.546
Total	448.287	461.861	454.178	473.207
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR:				
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Substituição Tributária ICMS-ST (a)	78.835	103.191	78.835	103.472
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4.834	1.615	4.834	1.615
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	–	425	367	762
Outros	9.520	12.363	9.520	12.364
Total	93.189	117.594	93.556	118.213
Circulante	89.362	112.534	89.729	113.153
Não circulante	3.827	5.060	3.827	5.060
IRPJ e CSLL a recuperar	19.677	11.175	19.810	11.179
(a) Refere-se a créditos de ICMS e ICMS-ST, como parte substancial dos impostos a recuperar e classificados no ativo circulante, os quais serão realizados em um período médio de 12 meses. 8. IRPJ e CSLL: 8.1. Política contábil: A despesa com IRPJ Pessoa Jurídica – IRPJ e CSLL sobre o Lucro Líquido – CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável, conforme legislação tributária vigente. Impostos diferidos: IRPJ e CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. 8.2. Composição:				
	2025	2024	2025	2024
Arrendamentos Operacionais (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	170.180	170.180	156.182	156.182
Provisão de participação nos lucros e resultados	40.548	40.548	27.159	27.159
Programa de fidelização	1.050	1,050	1,063	1,063
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	12.035	12,035	14,469	14,469
Provisão para perdas nos estoques	248	248	339	339
Plano de opção de compra de ações	90.818	90,818	83,568	83,568
Provisão de parcela a pagar referente às adquiridas	40.665	40,665	18,436	18,436
Ajuste a valor justo de provisão de parcelas a pagar referentes às adquiridas	(16.514)	(16,514)	(16,514)	(16,514)
Perda por impairment	55.393	55,393	55,393	55,393
Amortização fiscal de ativo	(56.647)	(56,647)	(23,199)	(23,199)
Variação cambial e valor justo de instrumentos derivativos	8.891	8,891	19,948	19,948
Outras diferenças temporárias	(4.771)	(4,771)	(1,435)	(1,435)
Total	341.896	341.896	335.409	335.409
Alíquotas nominais ponderadas	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL diferidos ativos	85.474	30.771	83.852	30.187
Total	116.245	116.245	114.039	114.039
8.3. Análise da alíquota efetiva do IRPJ e da CSLL: A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de IRPJ e CSLL debitada no resultado é demonstrada como segue:				
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	42.492	(86.493)		
Alíquota nominal – %	34%	34%		
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal	(14.447)	29.408		
Diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.528)	(613)		
Lei do Bem	13.851	11.084		
Outras adições e exclusões, líquidas	674	3.858		
Receita (despesa) de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(2.450)	43.737		
Corrente	(4.656)	4.429		
Diferido	(2.206)	39.308		
Total	(2.450)	43.737		
Alíquota efetiva	–5,8%	–50,6%		
O montante da despesa de IRPJ e CSLL consolidado do exercício findo em 31/12/2025 é de R\$3.478 (receita de R\$40.958 no exercício findo em 31/12/2024), e é composto por R\$2.450 de despesa da controladora (receita de R\$43.737 no exercício findo em 31/12/2024), conforme conciliação acima, e R\$1.028 de despesa da controladora Petix (R\$22 de despesa da controladora Cão Cidadão, que foi apurada pelo método do lucro presumido, e R\$2.757 de despesa da controladora Petix, que foi apurada pelo método do lucro real no exercício findo em 31/12/2024). 9. Investimentos: 9.1. Política contábil: Investimentos em controladas: Os investimentos na Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, a partir da data de controle. Combinação de negócios: As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método da aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data da aquisição, em relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data da aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: - Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro e IAS 19 (CPC 33) - Benefícios a Empregados, respectivamente. - Passivos ou instrumentos patrimoniais relacionados a acordo de pagamento baseado em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida, são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 - R1) - Pagamentos Baseados em Ações, na data da aquisição. - Ativos classificados como mantidos para venda conforme IFRS 5 (CPC 31) - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme essa norma. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver) sobre os valores líquidos na data da aquisição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis na data da aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho por compra vantajosa. Quando a contraprestação transferida em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, essa contraprestação é mensurada pelo valor justo na data da aquisição e incluída no valor da contraprestação transferida. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com reflexos na apuração do ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (não superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não é classificadas como ajustes do "período de mensuração" e depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado. Nas combinações de negócios realizadas em etapas, a participação anteriormente detida na entidade adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações e				

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Accesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou accesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

Pet Center Comércio e Participações S.A.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Saldo em 2023, Adições, Baixas, Conversão de controladas, Saldo em 2024. Rows include Total das adições do exercício, Imobilizado, Intangível, etc.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Saldo em 2023, Adições, Baixas, Conversão de controladas, Saldo em 2024. Rows include Total das adições do exercício, Imobilizado, Intangível, etc.

11. INTANGÍVEL: 11.1. Política contábil: Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme as taxas demonstradas no quadro abaixo.

Table with columns: Controladora (31/12/2025, 31/12/2024), Taxa média anual de amortização, Amortização acumulada, Valor líquido. Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (31/12/2025, 31/12/2024), Taxa média anual de amortização, Amortização acumulada, Valor líquido. Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

(a) Os projetos de TI se referem a desenvolvimento e implantação de sistemas de Tecnologia da Informação e Licenciamentos. (b) As marcas da CDSG, Cão Cidadão e Petix possuem vida útil definida e, portanto, são amortizadas. (c) As carteiras de clientes da CDSG, Cão Cidadão, Zee, Dog e Petix possuem vida útil definida e, portanto, são amortizadas.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2024, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2025). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2023, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2024). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2023, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2024). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2023, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2024). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2023, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2024). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2023, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2024). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2023, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2024). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2023, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2024). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

Table with columns: Controladora (Saldo em 2023, Adições, Baixas, Incorporação, Saldo em 2024). Rows include Licença de software, Projetos de T.I., etc.

O programa de fidelização, cujo nome foi alterado de Vale a Pena Ser Fiel para Clubz em dezembro de 2023, promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e plataformas digitais, que são transformadas em crédito para compras futuras.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Cíveis (a), Tributárias (b), Total.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

Table with columns: Controladora (2025, 2024), Consolidado (2025, 2024). Rows include Provisão, Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Main financial report table for Monte Rodovias S.A. containing sections for 'Composição dos empréstimos e financiamentos', 'Composição da Provisão para contingências', 'Composição das debêntures', 'Resultado antes do IRPJ e CSLL', and 'Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL'. Includes detailed tables for debt amortization, provision composition, and tax reconciliation.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Monte Rodovias S.A.					
Consolidado		2025		2024	
Gastos gerais	(6.893)	(5.703)			
Provisão para manutenção	(54.064)	(57.637)			
Depreciação e amortização	(73.512)	(66.597)			
Custos dos serviços prestados	(229.758)	(204.933)			
Custos de construção (a)	(47.678)	(48.524)			
Total	(277.436)	(253.457)			
(a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica CPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCP 05. 19. Despesas gerais e administrativas por natureza:					
Controladora		2025		2024	
Despesas de pessoal	(531)	(3.129)			
Serviços de terceiros	(3.901)	(2.992)			
Materiais, equipamentos e veículos	(77)	(38)			
Seguros/Garantias	(154)	(191)			
Licenças de software/telecomunicações	(111)	(95)			
Gastos gerais (i)	(1.082)	(177)			
Depreciação e amortização	(268)	(353)			
Total	(6.124)	(6.975)			
(i) No exercício findo em 2025, quando comparado ao ano anterior, o aumento nos gastos gerais é justificado pelo aumento das viagens corporativas.					
Controladora		2025		2024	
Despesas de pessoal (ii)	(37.625)	(29.304)			
Serviços de terceiros (iii)	(23.637)	(13.861)			
Materiais, equipamentos e veículos	(4.581)	(3.264)			
Seguros/Garantias	(7.694)	(7.240)			
Provisão para contingências (iv)	4.200	15.663			
Licenças de software/telecomunicações	(3.982)	(2.852)			
Gastos gerais	(21.784)	(21.308)			
Depreciação e amortização	(12.489)	(11.361)			
Total	(107.592)	(73.526)			
(ii) No exercício findo em 2025, quando comparado ao ano anterior, o aumento das despesas com pessoal é justificado pela reversão da provisão de participação nos resultados ocorrida em 2024. (iii) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, limpeza, ambulâncias, resgates e remoções. Em 2025, houve um aumento comparado com o ano anterior devido a serviços realizados de consultoria técnica especializada nas áreas de meio ambiente e desapropriação, de projetos e engenharia. (iv) A variação do período se deve principalmente à baixa da ação judicial indenizatória. A referida ação dizia respeito a acidente envolvendo animal na pista da Rodovia BA-099. Em maio do exercício corrente, foi celebrado acordo entre as partes no valor total de R\$ 900, resultando na baixa da provisão anteriormente constituída e no encerramento da respectiva demanda judicial e reversões no período. Em 2024, houve um aumento comparado com o ano atual devido principalmente à reversão do processo 0301554-59.2012.8.05.0001. Este processo foi reclassificado como "sem contingência" devido à ausência de expectativa de desembolso de recursos pela Cia até que seja instaurada a fase de liquidação da sentença.					
20. Outras receitas (despesas) operacionais:					
Controladora		2025		2024	
Outras receitas	524	521			
Recuperação de créditos / processos	1.104	-			
Venda ativo imobilizado / sucata	368	-			
Reversão earn-out	-	7.500			
Total	1.996	8.021			
21. Resultado financeiro, líquido:					
Controladora		2025		2024	
Descontos obtidos	37	-			
Rendimentos de aplicação financeira	16	137			
Outras receitas financeiras	-	3.885			
Receitas financeiras	53	4.022			
Juros de debêntures	-	(8.646)			
Juros de debêntures privadas – partes relacionadas	-	(136)			
Juros de contratos de arrendamento	(15)	(38)			
Custos de estruturação	-	(6.201)			
Outras despesas financeiras	(946)	(1.542)			
Despesas financeiras	(961)	(16.563)			
Resultado financeiro, líquido	(908)	(12.541)			
Controladora		2025		2024	
Descontos obtidos	293	8			
Rendimentos de aplicação financeira	28.244	40.029			
Atualização monetária ativa	72	240			
Impostos sobre a receita financeira	(1.618)	(920)			
Outras receitas financeiras	831	5.166			
Receitas financeiras	27.822	44.523			
Juros de empréstimos e financiamentos	(42.264)	(44.331)			
Juros de debêntures	(153.274)	(90.188)			
Juros de contratos de arrendamento	(1.398)	(837)			
Atualização monetária passiva	(6.032)	(2.308)			
Outras despesas financeiras	(34.454)	(26.779)			
Despesas financeiras	(237.422)	(166.543)			
Resultado financeiro, líquido	(209.600)	(122.020)			
22. Resultado por ação: O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o período.					
Controladora		31/12/2025		31/12/2024	
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(84.830)	(84.830)	(15.733)	(15.732)	
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	905.975	905.975	136.264	136.264	
Prejuízo básico e diluído por ação – Em reais	(93,63)	(93,63)	(115,46)	(115,45)	
DIRETORIA					
Felipe Guidi - Diretor Presidente		Wilman Sanchez Moitinho - Vice-Presidente Financeiro		Felipe Mattos de Melo - CRC RJ 117091/0-0	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS					
<p>Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Monte Rodovias S.A., Salvador – BA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monte Rodovias S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de Receita: Veja a Nota 3(k) e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Principal assunto de auditoria: Como auditoria endorecou esse assunto: Conforme nota explicativa nº 17 as demonstrações financeiras, a receita de pedágio do Grupo é decorrente dos termos e das condições estabelecidas no contrato de concessão rodoviária, o qual determina que a concessão tem por objetivo a exploração da rodovia determinada no contrato com cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A receita é composta por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente da passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pelo Grupo. Em virtude da relevância da receita líquida nas</p>					
<p>demonstrações financeiras do Grupo, do grande volume de transações, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita, essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) obtenção dos entendimentos sobre o fluxo de reconhecimento de receitas, considerando a natureza da receita, aspectos contratuais, principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento de receita; (ii) leitura do contrato de concessão para avaliar dados utilizados no cálculo da receita de pedágio; (iii) comparar toda a receita reconhecida no exercício com os respectivos recebimentos financeiros; (iv) com base amostral, realizar inspeção documental para validar integridade e precisão dos dados utilizados no extrato bancário; (v) avaliarmos se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de pedágio, entendemos que os critérios para o reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Outros assuntos – Demonstrações de valor adicionado: As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliarmos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse</p>					
<p>fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a</p>					



continuação **Monte Rodovias S.A.**

adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2026

KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Diego Feliciano Irineu
Contador
CRC 1SP223212/O-2

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**
✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Main financial statement table for Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A. including sections for Assets, Liabilities, and Equity, with detailed breakdowns and notes.

Publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026. ICP Brasil logo and QR code for legal publications.

Monte Rodovias Nordeste Holding Participações Societárias S.A.											
Saldo em 31 de dezembro de 2023				652.394				de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo: a) Composição da Provisão para contingências:			
(+/-) Juros capitalizados				44.331				Consolidado			
(+/-) Juros pagos				559				2025			
(-) Amortizações				(45.814)				2024			
(+/-) Custos da transação				(52.663)				Cíveis			
Saldo em 31 de dezembro de 2024				670.394				Trabalhistas			
(+/-) Juros capitalizados				833				Tributárias			
(+/-) Juros pagos				(45.594)				Ambientais			
(-) Amortizações				(53.896)				Total			
(+/-) Custos da transação				1.078				12.288			
Saldo em 31 de dezembro de 2025				615.081				11.553			
Em 31 de dezembro de 2025, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:											
Cronograma de amortização da dívida				2025				2024			
2026				49.746				2024			
2027				48.006				2024			
2028				49.225				2024			
2029 em diante				483.662				2024			
Total				580.380				630.640			
Em dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$ 104.978. No entanto, até 31 de dezembro de 2024, foi recebido R\$ 102.000, a administração aguarda o desfecho do processo e o recebimento dos recursos, com previsão até março de 2026. 13. Debêntures: a) Composição das debêntures:											
Controladora											
Contra- tante				Venci- mento				Encargos financeiros			
2032				Moeda				Moeda			
MRNE				2032				R\$			
R\$				R\$				R\$			
474.310				474.310				474.310			
Custos de captação e estruturação											
Custos de captação e estruturação											
Total				455.936				455.936			
Passivo não circulante											
Passivo não circulante											
Contra- tante				Venci- mento				Encargos financeiros			
2036				Moeda				Moeda			
CRA				2036				R\$			
R\$				R\$				R\$			
183.514				183.514				183.514			
Custos de captação e estruturação											
Custos de captação e estruturação											
Total				881.232				881.232			
Passivo não circulante											
Passivo não circulante											
Contra- tante				Venci- mento				Encargos financeiros			
2026				Moeda				Moeda			
CRA				2036				R\$			
R\$				R\$				R\$			
183.514				183.514				183.514			
Custos de captação e estruturação											
Custos de captação e estruturação											
Total				881.232				881.232			
Passivo não circulante											
Passivo não circulante											
Contra- tante				Venci- mento				Encargos financeiros			
2026				Moeda				Moeda			
CRA				2036				R\$			
R\$				R\$				R\$			
183.514				183.514				183.514			
Custos de captação e estruturação											
Custos de captação e estruturação											
Total				881.232				881.232			
Passivo não circulante											
Passivo não circulante											
Contra- tante				Venci- mento				Encargos financeiros			
2026				Moeda				Moeda			
CRA				2036				R\$			
R\$				R\$				R\$			
183.514				183.514				183.514			
Custos de captação e estruturação											
Custos de captação e estruturação											
Total				881.232				881.232			
Passivo não circulante											
Passivo não circulante											
Contra- tante				Venci- mento				Encargos financeiros			
2026				Moeda				Moeda			
CRA				2036				R\$			
R\$				R\$				R\$			
183.514				183.514				183.514			
Custos de captação e estruturação											
Custos de captação e estruturação											
Total				881.232				881.232			

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do [Jornal Data Mercantil](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal), apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

Monte Rodovias Nordeste Holding Participações Societárias S.A.				
	Consolidado		Consolidado	Total
	2025	2024		
Receitas financeiras	27.770	40.500	Outras variações	
Juros de empréstimos e financiamentos	(42.264)	(44.331)	Novos arrendamentos (i)	-
Juros de debêntures (i)	(153.274)	(81.542)	Custos de transação (i)	1.078
Juros de contratos de arrendamento	(1.383)	(799)	Despesas com juros (i)	42.266
Atualização monetária passiva	(6.032)	(4.271)	Reclassificação (i)	-
Outras despesas financeiras	(33.508)	(19.036)	Baixas (*)	(3.681)
Despesas financeiras	(236.461)	(149.979)	Juros capitalizados (i)	833
Resultado financeiro, líquido	(208.691)	(104.479)	Juros pagos	(45.594)
(i) Em 2025 houve um aumento comparado ao ano anterior, devido a emissão de novas debêntures em agosto de 2024, conforme NE 12. 23. Lucro (prejuízo) por ação: O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício.				
31/12/2025 31/12/2024				
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(78.020)	(78.020)	Total das outras variações relacionadas com passivos	
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	888.187	888.187	Saldo em 31 de dezembro de 2025	615.081
Lucro básico e diluído por ação – Em reais	(87,84)	(87,84)		246.430
24. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:				
Consolidado Empréstimos e Debêntures Arrendamentos Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394	427.315	8.098	1.087.807
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captação de financiamentos e debêntures	72.000	450.000	-	522.000
Amortização de financiamentos e debêntures	(52.663)	(38.664)	-	(91.327)
Pagamento de arrendamento	-	-	(10.105)	(10.105)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	19.337	411.336	(10.105)	420.568
Outras variações				
Novos arrendamentos (i)	-	-	4.850	4.850
Custos de transação (i)	(413)	(19.289)	-	(19.702)
Despesas com juros (i)	44.740	82.328	3.273	130.341
Reclassificação (i)	-	-	669	669
Baixas (*) (i)	-	-	(217)	(217)
Juros pagos	(45.664)	(20.458)	-	(66.122)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(1.337)	42.581	8.575	49.819
Saldo em 31 de dezembro de 2024	670.394	881.232	6.568	1.558.194
Consolidado Empréstimos e Debêntures Arrendamentos Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	670.394	881.232	6.568	1.558.194
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de financiamentos e debêntures	(53.896)	(644.639)	-	(698.535)
Pagamento de arrendamento	-	-	(10.917)	(10.917)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(53.896)	(644.639)	(10.917)	(709.452)

(*) As baixas ocorridas no período referem-se a distratos. (i) Transações sem efeito caixa.

25. Contratos: a) Contrato de concessão – CBN: Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (“CBN”, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato. A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrio tarifário. Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil. **b) Contrato de concessão – CRC:** Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada – CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais. **c) Contrato de concessão – CRA:** O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia. Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5. Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à

Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019. Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanços para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanços, por solicitação da CRA. O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente. Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Monte Rodovias Nordeste | Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão. Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão. Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária. **d) Contrato de concessão – CLN:** A CLN – Concessionária Litoral Norte, uma empresa do grupo Monte Rodovias, adminstra desde 2000 a BA-099 (Estrada do Coco/Linha Verde) de acordo com contrato de concessão firmado com o Governo do Estado da Bahia com término em 2050. A empresa é responsável pelo trecho da BA-099 que começa no km 7,7 (Ponte do Rio Joanes) até a divisa da Bahia com o estado de Sergipe, no km 192, além dos acessos às localidades de Arembépe, Praia do Forte, Porto de Sauipe, Baixios/Palme, Subaúma e Conde. Desde o início da concessão, a BA-099 se consolidou como uma rodovia de alto padrão de qualidade, conforto e segurança e uma importante agente de desenvolvimento socioeconômico da região. Suas boas condições propiciaram e propiciam a realização no seu entorno de empreendimentos, principalmente nos setores de hotelaria, imobiliário e cultural, ratificando o compromisso da CLN em cuidar melhor do seu caminho, o qual é repleto de belas praias e paisagens exuberantes. O contrato de concessão prevê que do km 7,7 até o km 54 (Estrada do Coco), da ponte do Rio Joanes, em Camacari-BA, até a altura da Praia do Forte, em Mata de São João – BA, a CLN realize serviços de manutenção e conservação da rodovia e ofereça os serviços (apoio) de atendimento médico, mecânico (que compreende a retirada do veículo da rodovia deixando o usuário no posto mais próximo) e inspeção do trecho. Inclusive, na Estrada do Coco, a concessionária já realizou a duplicação de 46km de rodovia, melhorando o tráfego dos veículos e oferecendo maior conforto, segurança e fluidez na região. No trecho da Linha Verde, que vai do km 54 até a divisa com o estado de Sergipe, no km 192, são previstos os serviços de manutenção, conservação e sinalização da rodovia. As Companhias assumiram, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes das concessões: • Implantação de terceiras faixas; • Duplicação; • Implantação de acostamento; • Implantação de passarelas para pedestres; • Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e • Instalação de cabines de pedágio. A tarifa básica de cada concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente cada concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual. Em caso de extinção das concessões, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão. **26. Eventos subsequentes:** Em 27 de janeiro de 2026, ocorreu a liquidação integral do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a Concessionária Roto do Atlântico no montante de R\$ 19.930.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Cobrazil Construções S.A.													
Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)													
Balancão Patrimonial				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido								Demonstrações do Fluxo de Caixa	
Ativo	Nota	2025	2024	Reserva de lucros				Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Circulante				Capital Social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total	2025	2024			
Caixa e equivalentes de caixa	3.a	1.614	15.338	120.083	122	2.309	-	122.514	10.348	(14.147)			
Clientes	3.b-4	72.776	36.693	-	-	-	(14.147)	(14.147)	-	-			
Adiantamento a fornecedores		534	1.571	-	-	-	2.431	-	451	316			
Estoque	3.c.	498	1.710	-	(122)	(2.309)	-	-	(10.650)	-			
Impostos a recuperar		2.241	2.129	-	-	-	-	-	(1.401)	-			
Outros créditos		2.969	3.903	-	-	-	-	-	Constituição de provisão	-			
		80.632	61.344	120.083	-	-	(11.716)	108.367	Resultado ajustado	(1.252)	(13.831)		
									Diminuição (aumento) das contas do ativo operacional	36.083	(13.729)		
Não circulante									Clientes	1.212	(401)		
Realizável a longo prazo									Outros ativos	1.037	(549)		
Partes relacionadas	5	52.409	53.690						Impostos a recuperar	(112)	(528)		
Imposto de renda diferido	7	10.650	-						Fornecedores	1.160	3.618		
Depósitos e cauções		37	-						Impostos, taxas, contribuições e parcelamento	19.826	19.447		
		63.096	53.690						Adiantamento de clientes	(8.397)	27.810		
Imobilizado	3.d	2.828	1.909						Outros passivos	2.502	95		
Intangível	3.e-6	73.366	73.358						Recursos líquidos gerados (consumidos) nas atividades operacionais	(19.210)	18.649		
		139.290	128.957						Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.378)	(254)		
Total do ativo		219.922	190.301						Adições ao imobilizado e intangível	(1.378)	(254)		
Passivo e patrimônio líquido									Recursos líquido consumido nas atividades de investimentos	(1.378)	(254)		
Circulante									Fluxo de caixa das atividades de financiamento	1.288	(2.209)		
Fornecedores		11.681	10.521						(Aumento)/diminuição de mutuo com partes relacionadas	5.576	(1.051)		
Empréstimos e financiamentos	8	10.933	5.357						Empréstimo contraído/(pagos)	6.864	(3.260)		
Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias	9	28.662	14.874						Recursos (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(13.724)	15.135		
Adiantamento de clientes	10	14.064	5.667						Demonstração das variações:				
Provisão para férias	3.f	2.508	3.006						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.338	203		
Outras obrigações		3.000	-						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.614	15.338		
		70.848	39.425						Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(13.724)	15.135		
									As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Não circulante													
Adiantamento de clientes	10	5.961	22.755						ISS	4.605	1.825		
Partes relacionadas	5	1.317	1.310						ICMS	446	442		
Impostos parcelados	9	22.319	16.281						CPRB	2.857	2.220		
Provisão para contingências		762	2.163						IRRF	1.100	2.071		
		30.359	42.509						INSS	2.368	1.947		
									FGTS	468	671		
Patrimônio líquido	11								Salários a pagar	1.304	1.615		
Capital social		120.083	120.083						Parcelamentos ordinários	31.376	16.214		
Prejuízos acumulados		(1.368)	(11.716)						Outros impostos	666	402		
		118.715	108.367							50.981	31.155		
		219.922	190.301							28.672	14.874		
										22.319	16.281		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.													
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras													
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)													
1 - Contexto Operacional - Constituída em 03 de julho de 2019, a Companhia tem como principais objetivos as atividades de projetos de engenharia industrial em geral, incluindo elaboração e desenvolvimento de projeto básico e executivo, construção, montagem e manutenção de plantas e instalações industriais, fabricação e montagem de embarcações e unidades assembladas e respectivos equipamentos, bem como conversão, manutenção, reparos e reformas (incluindo conversão de embarcações e unidades assembladas), fabricação de artefatos de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos, construção civil pesada, entre as quais usinas e barragens, metrô e ferrovias, portos, canais, retificação de rios e aprofundamento de suas calhas, aeroportos, rodovias, pontes e viadutos, sistemas viários urbanos, edificações, saneamento, dutos e linhas de transmissão. 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e pronunciamentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. b. Estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. c. Elaboração - Em 2025 e 2024, a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. Em 26 de fevereiro de 2026, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações financeiras e autorizou a sua divulgação. 3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis - As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são a. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, as aplicações financeiras normalmente se qualificam como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação e as características quanto ao risco e remuneração são similares b. Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes estão apresentadas ao valor contábil dos serviços já faturados e os direitos de serviços a faturar, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constitui provisões para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização, quando necessário. As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. c. Estoques - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do Custo Médio de aquisição e inclui gastos incorridos pela aquisição dos estoques, custos de produção e transformação e outros incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. d. Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (Impairment) acumuladas. Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo a depreciação é realizada pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. e. Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O saldo do ativo intangível está composto pelo valor do Acervo Técnico correspondente aos Certificados de Atestado Técnico. f. Provisão para férias - Está provisionada integralmente pela parte vencida e proporcional a vencer, inclusive com os respectivos encargos até a data do balanço. g. Provisões - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa anual de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado h. Reconhecimento de receitas - O reconhecimento da receita é realizado: (i) para os contratos por preço global ou unitário ou estágio de execução (stage of completion) do contrato, usualmente denominado como método da porcentagem completada													

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Mário Vieira Lopes - Contador - CRC RJ 060.611/0-0
José Carlos de Almeida Martins - Contador - CRC RJ 036.737-0

Goodstorage Holding Participações S.A.

CNPJ nº 18.897.459/0001-03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	21.287	5.360	100.748	Fornecedores	1.540	831	19.087
Contas a receber	72	-	14.800	Passivo de arrendamento	640	526	3.516
Créditos diversos	520	228	520	Partes relacionadas (p)	-	-	-
Partes relacionadas (a)	4.493	3.731	575	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14.891	7.385	16.531
Estoques	-	-	132	Obrigações tributárias	91	13	9.015
Outros ativos	4.182	-	4.239	Outras obrigações	-	-	365
Tributos a recuperar	1.529	775	4.830	Adiantamento de clientes	-	12	1.511
Despesas antecipadas	29	-	618	Dividendos a pagar	63.658	-	69.658
Dividendos a receber	1.067	-	-	Total do passivo circulante	80.820	8.767	119.683
Total do ativo circulante	33.179	10.094	126.462	Ativo Não Circulante			
Ativo Não Circulante				Contas a receber	-	-	8.153
Impostos diferidos (a)	63.654	-	65.617	Impostos diferidos (a)	-	-	65.617
Depósitos judiciais	1	-	8.701	Provisão para demandas judiciais	1.236	-	1.820
Investimento em controladas	1.822.210	339.999	-	Outras obrigações LP	-	-	6.056
Propriedades para investimento	40.698	-	1.828.576	Passivo de arrendamento LP	2.029	2.574	27.155
Imobilizado	3.339	3.373	9.087	Total do passivo não circulante	3.265	2.574	44.779
Intangível	721	359	1.207	Patrimônio Líquido			
Direito de uso	2.072	2.729	2.072	Capital social	536.831	280.266	536.831
Total do ativo não circulante	1.932.695	346.460	1.923.413	AFAC	1.252	30.768	1.252
Total do ativo	1.965.874	356.554	2.049.875	Reserva de capital	1.334.988	100.286	1.334.988
				Reserva de lucros	6.603	-	6.603
				Reserva legal	2.115	-	2.115
				Prejuízos acumulados	-	(66.107)	-
				Participação de acionistas não controladores	1.881.789	345.213	1.881.789
				Total do patrimônio líquido	1.881.789	345.213	1.885.413
				Total do passivo e patrimônio líquido	1.965.874	356.554	2.049.875

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
Controladora		Consolidado		Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Patrimônio Líquido
2025	2024	2025	2024	Capital	Reserva	Reserva	Participações de
Ativo Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	47.380	1.651	610.137	18.500	6.151	6.547	298.382
Contas a Receber de Clientes	10	1.518	93.994	189.713	-	-	(138.369)
Outras Contas a Receber CP	-	-	211.060	-	-	-	50.897
Estoques	47.228	-	116.666	-	-	-	59
Imobilizado e Intangível	142	133	56.816	6.151	-	-	6.151
Outros ativos	-	-	131.601	-	-	-	447
Total do Ativo	321.865	330.125	1.199.608	208.213	6.100	1.112	6.210
Passivo Circulante							
Fornecedores	1.246	2.195	138.962	18.500	6.151	-	298.382
Outras Obrigações a Pagar CP	48.788	-	196.648	189.713	-	-	(138.369)
Impostos a Recolher	-	-	8.276	-	-	-	50.897
Operacionais	97.576	-	325.963	6.151	-	-	59
Financeiro	-	-	106.250	-	-	-	6.151
Lucro Antes do Resultado dos Impostos	97.576	-	217.403	-	-	-	447
Lucro Líquido do Exercício	97.576	-	217.403	-	-	-	447
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	369.245	331.776	929.697	369.245	331.776	929.697	738.349

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Royal S.A. Administração, Participações e Empreendimentos

CNPJ nº 12.053.293/0001-54 - NIRE 35300483171

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Table with columns: Saldo em: 31/12/2025, Saldo em: 31/12/2024, PASSIVO, Saldo em: 31/12/2025, Saldo em: 31/12/2024. Rows include ATIVO, Ativo circulante, Disponibilidades, Bancos, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Table with columns: Saldo em: 31/12/2025, Saldo em: 31/12/2024, Saldo em: 31/12/2025, Saldo em: 31/12/2024. Rows include 3 - Receitas holding, 3.1 - Receita operacional bruta, etc.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Table with columns: Capital Realizado Atualizado, Capital Subscrito, A realizar, Lucros Acumulados, Total. Rows include Saldos em 31/12/2024, Aumento de capital age: 24/09/2025, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
Table with columns: 2025, 2024. Rows include 1 - Das atividades operacionais, A) recebimento de clientes, B) pagamento de fornecedores, etc.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Table with columns: 2025, 2024. Rows include 1 - Receitas, 1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços, 1.2) Provisão p/ devedores duvidosos, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS
A SOCIEDADE ROYAL S.A. ADM, PARTIC. E EMPREEND., registrada na JUCESP sob nº 35.224.261.061 em sessão de 07/10/2015 vem através desta explicar as seguintes observações: A sociedade manteve-se estável durante o ano, pois seu faturamento ficou a cima da média do ano anterior.

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizada
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88
Assembleia Geral Ordinária

Edital de Convocação
Ficam os Senhores acionistas da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") convocados para participar da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AGO") que será realizada, em primeira convocação, às 14:00h do dia 27 de abril de 2026, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §3º, e artigo 28, §2º, ambos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Net Meetings ("Plataforma Digital") e com prazo de cadastramento até o final do dia 25 de abril de 2026, conforme artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, a fim de apreciar e deliberar sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme descritas abaixo. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Apreciar o Relatório Anual da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, apresentada em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Comitê de Auditoria, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Delimitar o número de membros efetivos que compõem o Conselho de Administração da Companhia; (iii) Deliberar sobre a incidência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para a instalação da Assembleia em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto. Caso o quórum acima não seja atingido, será divulgado novo edital de convocação informando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo a Assembleia ser instalada nesta data com a presença de qualquer número de acionistas. A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do art. 129 da Lei das S.A. Instruções para Participação: Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do Colegiado da CVM no processo CVM R-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sem prejuízo do envio de boletim de voto a distância, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 5º, inciso III e do artigo 28, §2º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para tal, identificado por meio de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), serão desconsideradas. Para fins do artigo 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia optou pela realização da AGO de modo exclusivamente digital para promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, sendo a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. Conforme dispõe o artigo 28, §1º, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do boletim de voto a distância, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participar virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o seguinte link: https://assembleia.ten.com.br/412955338, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2026, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, ocasião em que deverão apresentar as seguintes informações: (i) nome, e-mail, telefone e número do documento de identificação do acionista, procurador ou representante legal, indicando orientação para a participação Ao Vivo do acionista ou representante e (ii) os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá uma mensagem de confirmação de que seu cadastro foi realizado com sucesso e poderá acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Para fins de cadastro prévio, os acionistas deverão enviar por meio do link da Plataforma Digital as seguintes informações: (1) cópia de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e (2) cópia do documento de identificação do acionista, cópia da procuração, como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiros de identidade expedidos pelos conselhos profissionais e carteiros pessoais expedidos pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar por meio do link da Plataforma Digital, as seguintes informações: (1) cópia do contrato ou estatuto social; (2) cópia do ato societário de eleição do administrador (a) que comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b) outorgar a procuração para que o terceiro procurador represente a acionista pessoa jurídica na Assembleia; (3) cópia de documento hábil de identidade do representante. No caso de acionistas que forem fundos de investimento, o representante deverá apresentar ainda, por meio do link da Plataforma Digital, as seguintes informações: (1) cópia de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (2) cópia do regulamento do fundo de investimento, com o documento de identificação do acionista ou de seu representante; e (3) na hipótese de representação do acionista, cópia da procuração. Como documento que comprove os poderes do representante do administrador ou gestor para representar o fundo de investimento, e (4) cópia de documento hábil de identidade do representante. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 ("Código Penal"). A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo representações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize uma margem de 3 dias de antecedência do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para providenciar as pendências e se manter no prazo. Boletim de Voto a Distância: Caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto através do boletim de voto a distância ("BVD") disponibilizado pela Companhia nos termos da Resolução CVM 81, o acionista poderá enviar o BVD por meio dos seguintes canais: (1) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas no Itaú Unibanco S.A., instituição financeira responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitir as instruções de voto para o agente escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo mesmo, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; (2) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto (i) diretamente para a Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; ou (ii) para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; ou (3) diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital, que será o único meio de envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, excluída a possibilidade de envio por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, § 7º, da Resolução CVM 81. Para mais informações, vide orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD disponibilizados pela Companhia. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim de Voto a Distância à Companhia deverá fazê-lo por meio da Plataforma Digital, acessando o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/412955338, em até 4 (quatro) dias antes da data da AGOE, ou seja, até 23 de abril de 2026 (inclusive). O acionista deverá: (i) acessar o endereço eletrônico mencionado acima; (ii) realizar o cadastro com login e senha únicos, indicando que deseja participar "via Boletim de Voto a Distância", acompanhado da documentação necessária, conforme explicado acima; (iii) preencher os campos de opções de voto na guia "ASSEMBLEIA"; e (iv) confirmar o seu voto. Em qualquer hipótese, o prazo para a entrega do BVD e de todos os documentos necessários não poderá ultrapassar o prazo limite para recebimento do BVD, qual seja, 23 de abril de 2026. Voto Múltiplo: Em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para a requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas, por escrito, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A. e do artigo 3º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022. Contudo, a administração da Companhia destaca a importância de que os eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. Instalação do Conselho Fiscal: Ainda, em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, § 2º, da Lei das S.A., é de 2% (dois por cento). As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos a ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm-pt-br), da B3 e da Companhia (https://ri.heringer.com.br). Paulínia, 27 de março de 2026. Nikolay Vasilichikov - Presidente do Conselho de Administração

* Em cumprimento com o artigo 5º da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 141 da Lei 6.404/1976, combinado com o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até as 14 horas do dia 25 de abril de 2026. O envio do BVD por meio da Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



